



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ISABELA SABINO ORNELAS MILHOMENS

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NO BRASIL IMPÉRIO:
DAS INDEFINIÇÕES CONDICIONANTES AOS MECANISMOS
CENTRALIZADORES DE CONCRETIZAÇÃO**

**JOÃO PESSOA/ PB
2023**

ISABELA SABINO ORNELAS MILHOMENS

**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NO BRASIL IMPÉRIO:
DAS INDEFINIÇÕES CONDICIONANTES AOS MECANISMOS
CENTRALIZADORES DE CONCRETIZAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira.

JOÃO PESSOA/PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M637f Milhomens, Isabela Sabino Ornelas.

A formação da identidade nacional no Brasil Império:
das indefinições condicionantes aos mecanismos
centralizadores de concretização / Isabela Sabino
Ornelas Milhomens. - João Pessoa, 2023.
77 f. : il.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Identidade nacional. 2. Brasil Império. 3.
Proclamação da Independência do Brasil. 4. Brasilidade.
I. Ferreira, Túlio Sérgio Henriques. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

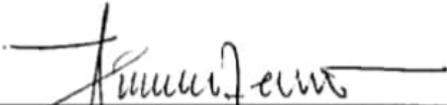
ISABELA SABINO ORNELAS MILHOMENS

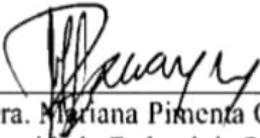
**A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NO BRASIL IMPÉRIO:
DAS INDEFINIÇÕES CONDICIONANTES AOS MECANISMOS
CENTRALIZADORES DE CONCRETIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 07 de Julho de 2023

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB


Prof. Dra. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini
Universidade Federal da Paraíba - UFPB


Prof. Dra. Xaman Korai Pinheiro Minillo
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

A princípio, agradeço aos meus pais, Cynthia e Joaquim, por terem me oferecido as melhores oportunidades de estudo e me apoiarem em todas as minhas importantes decisões.

À minha avó Nadir e à minha madrinha Alda, por contribuírem enormemente durante minha estadia em João Pessoa. Sou eternamente grata pelo apoio que me deram durante o meu percurso acadêmico.

À minha avó Geralda, por sempre zelar pelo meu bem-estar e me incluir em suas orações e à minha tia Adelina, por ter me acompanhado e me auxiliado no início dessa jornada.

Aos meus irmãos Pedro e Lucas, pelo simples fato de existirem em minha vida e por sempre demonstrarem que torcem por mim.

À minha amiga Ilma, que ao propor compartilhar nossa solidão me trouxe um aconchego semelhante ao que eu tinha em meu lar.

Ao meu fiel companheiro e amigo de todas as horas João, que apesar da distância, sempre esteve presente, me incentivando e me mantendo motivada a perseguir meus objetivos. Sem sua presença, certamente o caminho até aqui seria bem mais difícil.

Agradeço a todos os meus professores da graduação, pela excelência do ensino proporcionado a mim e pela contribuição direta à minha formação intelectual e pessoal.

Ao professor Túlio, que gentilmente aceitou me auxiliar nessa pesquisa e ofereceu valiosas contribuições durante todo o processo de execução do trabalho. Obrigada por me orientar e me encorajar a finalizá-lo.

"Havia um país chamado Brasil; mas absolutamente não havia brasileiros."

(Auguste de Saint-Hilaire, 1833)

RESUMO

O presente trabalho trata do processo de construção da identidade nacional do Brasil durante o período que sucedeu a Proclamação da Independência. Desta forma, concentra especial atenção aos fenômenos sociais, culturais e políticos que ocorreram durante o contexto do Primeiro e Segundo Reinado no Brasil, período histórico comumente conhecido como Brasil Império, e que foram essenciais para a elaboração da ideia de Brasil. Portanto, consiste no estudo de obras e trabalhos acadêmicos relacionados ao tema abordado e reflexões acerca do assunto. Logo, a investigação possui natureza bibliográfica, histórica e documental, sob abordagem metodológica substancialmente qualitativa. É a partir do contexto sobredito que se efetiva a análise sobre o surgimento da noção de brasilidade nesse período.

Palavras-chave: Identidade Nacional; Brasil Império; Independência; Reinado; Brasilidade.

ABSTRACT

This paper deals with the process of building the national identity of Brazil during the period that followed the Proclamation of Independence. Thus, it focuses special attention on the social, cultural and political phenomena that occurred during the context of the First and Second Reigns in Brazil, a historical period commonly known as Brazil Empire, and which were essential to the elaboration of the idea of Brazil. Therefore, it consists of the study of works and academic papers related to the theme and reflections on the subject. Therefore, the research has a bibliographical, historical and documental nature, under a substantially qualitative methodological approach. It is from the aforementioned context that the analysis of the emergence of the notion of brasility in this period is carried out.

Keywords: National Identity; Empire of Brazil; Independence; Reign; Brasility.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: UM IMPÉRIO SEM NAÇÃO	10
2 PÓS-INDEPENDÊNCIA E A NECESSIDADE DE UMA NAÇÃO	17
2.1 Primeiro Reinado: a crise da unidade política do Império	20
2.2 Período Regencial: a eclosão das rebeliões	24
2.3 Uma questão de necessidade: a delimitação de uma identidade nacional	26
3 MECANISMOS E ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL	30
3.1 As ações deliberadas para a construção identitária do Brasil	36
3.1.1 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	36
3.1.2 O movimento literário romântico	40
3.1.3 Os símbolos nacionais	49
4 A IDENTIDADE CONSTRUÍDA: VALORES E PRINCÍPIOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA	59
4.1 A realidade nacional: principais aspectos identitários da nação brasileira	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
BIBLIOGRAFIA	76

1 INTRODUÇÃO: UM IMPÉRIO SEM NAÇÃO

A formação histórica do Brasil como nação percorreu um longo caminho até sua efetiva consolidação como tal. Sendo sujeitas a intenso processo de dominação e exploração, as terras que se tornaram brasileiras passaram, diferentemente de muitos países, por um estágio inicial na condição de colônia. Durante esse primeiro momento a noção de Estado ainda não era aplicável ao território brasileiro, sendo a Colônia do Brasil apenas um domínio do Reino de Portugal, que o possuía com a principal finalidade de explorar as riquezas da terra. Assim, a relação que se estabelecia entre essas duas entidades era baseada no Pacto Colonial, instrumento que determinava um exclusivismo metropolitano sobre a colônia. Apesar da flexibilização do pacto com a chegada, em 1808, da corte portuguesa em terras brasileiras, a condição de subordinação colonial foi mantida de 1530 a 1822, quando, ao seu fim, se passou a delinear traços legítimos de autonomia, soberania e identidade nacional.

Assim, foi a partir da Proclamação da Independência, em 07 de setembro de 1822, com o nascimento do Império do Brasil, que um Estado surgiu emanando personalidade jurídica. Apesar disso, com a mudança de paradigma durante a fase inicial desse novo período, o Brasil imperial se viu em grande ameaça de fragmentação territorial. Isso se deu em razão de dois motivos principais: uma administração política ainda vinculada à Coroa portuguesa – por conta do estreito vínculo de Dom Pedro I com sua origem lusitana – e a ausência de um sentimento de pertencimento nacional capaz de proporcionar uma coesão social entre realidades políticas, sociais e culturais tão distintas que coexistiam num país de dimensões continentais (BARBATO, 2014).

Desta forma, esses dois determinantes tornaram-se empecilhos para a mudança do status político e social do Brasil, que ainda se via preso em amarras coloniais e não conseguia, de imediato, projetar um ideal de nação consolidado. Diferentemente da maioria das nações europeias, em que o sentimento nacional era um pré-requisito para a formação dos Estados Nacionais (HOBSBAWM, 1990); no Brasil, a lógica se inverteu, uma vez que às vésperas da independência ainda não havia uma percepção formada sobre o nacionalismo brasileiro (ANDERSON, 1989). Nesse sentido, considerando que a unidade político-social constitui um pilar relevante da formação de um Estado-nação, cabe analisar a importância da identidade nacional para a construção da ideia de Brasil. Logo, é válido questionar como se deu o surgimento de tal identidade nacional, em especial durante o período imperial brasileiro.

Para compreender melhor a temática abordada, é preciso pontuar, de início, o que entende-se por nação e identidade nacional. Assim, conforme aponta Anderson (1983), as nações são como “comunidades imaginadas”, isto é, são grandes comunidades em que seus membros, sem mesmo se conhecerem, compartilham um sentimento de comunhão que os tornam únicos e os distinguem de outras comunidades. Logo, tais “comunidades imaginadas” são fundamentadas em práticas culturais e administrativas capazes de imprimir identidades singulares aos territórios ao qual pertencem, constituindo, assim, a identidade nacional de um Estado (HARARI, 2020).

De acordo com Decca (2002, p. 8), a identidade de um grupo seletivo de pessoas é formada “por sinais externos e por um conjunto de símbolos e valores a partir dos quais se opera uma identificação”. Isso significa que, para além de similitudes, é preciso haver uma identificação sentimental de preceitos e princípios que seja compartilhada entre todos os membros que pertencem àquele grupo (DECCA, 2002). É essa identidade coletiva que respalda a afirmação da existência de um Estado nacional e de seu povo.

Já para Renan (2006), a nação não é composta por nada de material, mas por características abstratas que a torna, em suas palavras, “um princípio espiritual”, se configurando como resultado de longos e intensos processos históricos complexos. Em sua ótica, a nação é “uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizeram e daqueles que estão dispostos a fazer ainda” (RENAN, 2006, p. 19). Além disso, para ele, a nação possui duas essências: a primeira delas consiste no compartilhamento de características comuns entre os indivíduos que a compõem e a segunda se refere ao poder de esquecimento de erros históricos relacionados a ela (RENAN, 2006).

Na perspectiva de Calhoun (2008, p. 37), as nações “não existem objetivamente antes de existirem em termos discursivos”. Isso significa que o entendimento de nação provém de uma “formação discursiva”, isto é, da forma como a nação é tratada na fala, nos pensamentos e nos documentos e livros de história (CALHOUN, 2008). Dizendo em outras palavras, para existirem no mundo real, consolidando suas estruturas políticas e culturais, as nações precisam antes existirem no mundo ideal.

Segundo Doyle e Pamplona (2008, p. 29), o nacionalismo “diz às pessoas quem elas são e quem pertence à comunidade”, podendo se configurar como um forte impulsionador da assimilação. Em sua concepção, o nacionalismo também é uma ferramenta ideológica capaz de ser utilizada em variados contextos históricos e políticos, a depender da intenção.

Diferentemente do que muitos pensam, o termo “nação” não pressupõe um conceito étnico de unidade, visto que muitas nações se formaram a partir do encontro de diferentes

etnias, sejam através de fluxos migratórios livres, forçados ou do resultado da miscigenação (DOYLE; PAMPLONA, 2008). Se não fosse assim, quase nenhuma nação do continente americano se enquadraria como tal. O Brasil, por exemplo, se configura como uma nação formada por uma população multiétnica, composta por povos originários e variados tipos de imigrantes, desde os provenientes da dominação colonial – europeus e africanos, até populações imigrantes mais recentes, como os asiáticos e outros povos latino-americanos. É por conjunturas como essa que os autores reiteram: “se o nacionalismo tende a reificar identidades etno-nacionalistas em outras partes do mundo, nas Américas seu esforço típico é de o de abarcar as identidades étnicas plurais” (DOYLE; PAMPLONA, 2008, p. 19).

Além disso, observa-se também que a identidade nacional construída na América se baseou em uma seleção étnica que excluiu as populações subordinadas da formação do ideário nacional (DOYLE; PAMPLONA; 2008). No Brasil Imperial isso ocorreu quando a população negra foi negligenciada em sua representatividade dentro da cultura e identidade nacional que estava sendo criada naquele momento. Embora os povos indígenas tenham sido incorporados à identidade nacional – principalmente através do movimento romântico indigenista – o mesmo não ocorreu com a população afrodescendente. Esta, inclusive, foi impelida a esconder suas manifestações culturais por trás de símbolos e liturgias cristãs, demonstrando como sua existência identitária era indesejada.

Somado a isso, assim como Hobsbawm (1990) defende, a nação pode ser entendida como “uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno” (HOBBSAWM, 1990, p. 19). Ou seja, a manifestação da personalidade cultural e identitária de uma nação necessita de um aparato físico e geográfico para constituir a ideia da nação, não se limitando a ser apenas um conjunto de fatores homogêneos de identificação social. No mesmo ponto de vista, Motta (1998) declara que a nação não deve ser definida somente por critérios de semelhança cultural, como língua e tradições homogêneas, visto que tais pontos são sucessíveis à constantes mudanças.

Conforme aponta Canclini (2011), a cultura e a identidade estão em constante movimento de hibridação, principalmente aquelas provenientes de processos interétnicos e de descolonização. Para ele, entende-se por hibridação cultural o procedimento em que a combinação de práticas e estruturas socioculturais diferentes, que existem independentes umas das outras, formam um conjunto de novas práticas culturais, dando origem a uma nova identidade (CANCLINI, 2011). Com isso, em sua visão, é um equívoco considerar que as nações são determinadas apenas por sua cultura e possuem uma única identidade fixa, uma

vez que elas são, muitas vezes, determinadas por grupos no poder e estão sempre em transformação:

(...) No es posible hablar de las identidades como si sólo se tratara de un conjunto de rasgos fijos, ni afirmarlas como la esencia de una etnia o una nación. La historia de los movimientos identitarios revela una serie de operaciones de selección de elementos de distintas épocas articulados por los grupos hegemónicos en un relato que les da coherencia, dramaticidad y elocuencia (CANCLINI, 2011, p. 3).

Para Laraia (1986), os seres humanos têm usado parte significativa de sua história para se subdividir em distintos agrupamentos específicos, conservando características comuns que os tornam cada vez mais integrados, tais como linguagem própria, costumes, valores e visão de mundo. Apesar disso, é válido ressaltar que não apenas noções culturais – ligadas à etnia, idioma, cultura, religião, geografia e interesses comerciais – são capazes de determinar a ideia de nação; ainda é preciso haver o desejo de união, um sentimentalismo relacionado à legados e memórias do passado que incentivem o consentimento em viver em comunhão (RENAN, 2006).

Talvez seja, justamente, em relação a esse último aspecto tratado que a grande problemática envolvendo a formação da identidade do Brasil se concentra. Qual seria o passado glorioso a que deve-se tamanho saudosismo a ponto de se fundar uma nação? Quais os símbolos nacionais? Existe um mito fundacional? O que é ser brasileiro? Foi durante o período do Brasil Império que surgiu a urgência em construir respostas para essas perguntas, objetivando, sobretudo, a manutenção da unidade nacional. É a partir dessa perspectiva e do entendimento da importância do ideário nacional para a construção identitária da ideia de povo, que o seguinte questionamento se apresenta: De que forma se construiu a identidade nacional do Brasil durante o período imperial? Para responder essa questão e diante do contexto apresentado, o trabalho possui como objetivo investigar os principais aspectos históricos que influenciaram a formação da identidade nacional do Brasil durante o período do Império (1822-1889).

Assim, tendo em vista a questão política relacionada ao conceito de nação e, segundo Doyle e Pamplona (2008), na América, diferentemente do patriotismo que já se observava na Europa e que não possuía vínculos com organizações políticas formais, o nacionalismo estava necessariamente relacionado a um objetivo institucional próprio, qual seja: a ideia do Estado-nação. É por essa razão que o ideário de nação e o pertencimento a uma identidade nacional específica eram tão importantes para promover a “agregação” de todos que partilhavam o mesmo território, no caso o Brasil. Era preciso que todos aqueles que, muitas vezes, nem compartilhavam tantas semelhanças possuíssem um laço maior que os unissem

em um só povo, em uma só vontade coletiva. Uma vontade de ser representado por aquela nação. Havia a necessidade, então, de deixar de lado todas as diferenças que os faziam se estranhar como um todo (realidades sociais, costumes regionais, sotaques e características físicas) para se construir símbolos e significados capazes de proporcionar um vínculo não só ideacional, mas também sentimental entre eles (DOYLE; PAMPLONA; 2008).

Diante disso, e considerando a relevância social dessa temática para compreender a nossa própria formação como povo brasileiro, o presente trabalho busca, sobretudo, tentar evidenciar os principais aspectos históricos e culturais que foram determinantes para a construção da identidade nacional como tal, a fim de explicar a excepcionalidade que o Brasil representa dentro do campo histórico e também do campo de estudos das Relações Internacionais. Nesse sentido, o estudo desenvolvido foi inspirado a partir do fascínio que a originalidade identitária brasileira imprime no leque de interesses que possuo enquanto pesquisadora. Foi a partir da inquietação em relação às questões referentes a o que é ser brasileiro que me levou a desenvolver esse tema como objetivo final do meu curso de graduação.

É importante ressaltar, também, que a escolha do recorte temporal da pesquisa se deu devido à certa escassez que se têm de estudos mais aprofundados sobre o período do Império brasileiro. De acordo com Mary del Priore (2012), poucos são os livros que fornecem uma visão da história do Brasil que não seja apegada a um apanhado de datas, fatos e nomes. Ao invés disso, é necessário eleger, cada vez mais, temas relevantes para auxiliar a compreensão de certos aspectos cruciais da formação histórica brasileira (DEL PRIORE; VENANCIO 2012). Logo, tal ponto levanta mais uma razão para a realização deste trabalho com aprofundamento teórico no período que vai da Proclamação da Independência até a Abolição da escravidão em 1888, visto que o papel do Império na concepção da identidade nacional brasileira constitui um elemento central para a discussão da existência do Brasil como nação e, portanto, como ator do sistema internacional.

Outrossim, a escolha do objeto de pesquisa, isto é, a identidade nacional brasileira, partiu de uma premissa sobre o que entende-se por povo brasileiro, visto que a existência de tantas diferenças entre os brasileiros de norte a sul e de leste a oeste do país (BARBATO, 2011), faz com que seja dificultoso evidenciar as semelhanças que nos tornam únicos e homogêneos. Somado a isso, há ainda um aspecto pessoal relacionada à escolha deste tema, uma vez que mesmo possuindo dupla nacionalidade, carrego um profundo sentimento de pertencimento ao Brasil. Apesar de não haver nenhum tipo de patriotismo ou nacionalismo muito evidente no modo de vida brasileiro, ainda assim me identifico como tal sem saber ao

certo o porquê desta afeição. Nesse sentido, espero que o trabalho possa contribuir para um entendimento mais esclarecido e consciente desta questão que me é presente.

Além de representar um tema notadamente benquisto à autora do presente trabalho, espero que a pesquisa realizada, seja capaz de auxiliar discussões acadêmicas a respeito dos processos históricos que integraram a construção da identidade brasileira. Além disso, anseio também que, mais do que colaborar com o aumento de produções acadêmicas sobre o período do Império Brasileiro, o trabalho desenvolvido possa agregar valor aos estudos referentes ao campo das Relações Internacionais, principalmente no intuito de apresentar noções não eurocêntricas sobre a particular formação de uma nação.

Metodologicamente, considerando que o propósito da pesquisa possui traços explicativos e também descritivos, no sentido de explicar e esclarecer os fenômenos que envolveram a construção da identidade nacional brasileira durante o Império, através da descrição do momento histórico trabalhado; a abordagem utilizada para a elaboração do trabalho baseou-se no método qualitativo de análise, uma vez que, para a exposição da complexidade do tema e o entendimento de suas especificidades de maneira profunda, esta se mostra a abordagem mais adequada ao desenvolvimento dos principais aspectos da investigação aqui proposta (SANTOS, 2012).

Nesse sentido, os procedimentos e técnicas utilizados para a determinação do contexto histórico e para o desenvolvimento do objetivo geral do trabalho, concentraram-se na revisão bibliográfica de fontes primárias (hinos e documentos históricos) e secundárias – livros, estudos, obras literárias; na pesquisa documental do período (Revistas do IHGB), na análise da dimensão conceitual-teórica das Relações Internacionais e na análise histórico-contextual do Brasil imperial. Para isso, a revisão de literatura se baseou tanto em obras de origem estrangeira, como também em produções acadêmicas brasileiras, pretendendo analisar o maior número de trabalhos relacionados ao tema aqui trabalhado.

Ademais, é importante ressaltar que, apesar da quantidade disponível de produções acadêmicas sobre a formação da identidade nacional no período do Brasil Império não ser tão ampla como outras temáticas, parte significativa dos trabalhos selecionados para auxiliar a dissertação aqui apresentada diz respeito à discussão conceitual em torno do que se entende por nação, nacionalismo e identidade nacional. Desse modo, para além do estudo historiográfico brasileiro, a pesquisa se respaldou também na fundamentação teórica do campo das Relações Internacionais e em noções acerca da sociologia, com o intuito maior de produzir resultados conclusivos sobre como se formou a ideia do que é ser brasileiro.

Logo, é válido evidenciar que a coleta de material para a pesquisa foi realizada através de visitas à Biblioteca Setorial Berilo Borba, de domínio da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), à Biblioteca Central da UFPB e à Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista, pertencente à Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego. Houve também consultas à internet, por meio de plataformas acadêmicas de pesquisa como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o acervo digital da Biblioteca Nacional Digital do Brasil, a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e, em menor peso, o Google Acadêmico. O caminho utilizado para obter os resultados desejados partiu da busca pelos termos: “identidade nacional” e “Brasil Império”, priorizando documentos escritos em língua portuguesa e espanhola e, em menor grau, língua inglesa. Além disso, o site oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi utilizado como meio de buscas de documentos relativos ao conteúdo das revistas.

Diante disso, a presente pesquisa de natureza qualitativa, foi dividida em 5 capítulos, incluindo a introdução e as considerações finais, nos quais são discutidos o contexto de pós-independência e a conseqüente necessidade da criação de uma nação brasileira; os mecanismos e estratégias utilizados para a construção da noção de brasilidade; e, por fim, os principais aspectos identitários da nação brasileira construídos nesse período.

Assim, num primeiro momento, após uma breve introdução e contextualização do tema tratado, são tratadas questões relacionadas ao Primeiro Reinado que passam pela administração de Dom Pedro I, o papel das elites regionais na política brasileira, a crise da unidade política do Império com a abdicação do imperador, as tendências centralizadoras e federalistas, o Período Regencial e a eclosão das rebeliões regenciais até o início da delimitação da identidade brasileira.

Em seguida, são abordados os principais mecanismos utilizados no Segundo Reinado para a delimitação efetiva da noção de povo brasileiro, destacando o momento do arranjo conservador das décadas de 1840 e 1850, em que ações deliberadas foram tomadas para a construção da imagem nacional, que vão desde o âmbito cultural – com a influência de importantes literatos brasileiros – até o âmbito político-científico, com o Programa de von Martius para a História do Brasil e com a presença marcante do papel do IHGB.

Finalmente, são evidenciadas as principais características da nação brasileira construída durante todo o período imperial, ressaltando os valores e princípios que deram origem à sociedade patriarcal, à elite agrária escravocrata, ao patrimonialismo, à baixa participação política e ao racismo estrutural. E, por último, são apresentadas as considerações finais.

2 PÓS-INDEPENDÊNCIA E A NECESSIDADE DE UMA NAÇÃO

Antes de tudo é importante lembrar alguns acontecimentos que antecederam a Proclamação da Independência e ressaltar a influência que a Revolução do Porto¹ (1820) possui no processo de independência do Brasil. Segundo afirmam Mary del Priore e Renato Venancio (2012), o anseio da população portuguesa pelo retorno do rei Dom João VI se consolidou como um movimento liberal verdadeiramente hesitoso, que foi capaz, inclusive, de interromper o percurso histórico da corte portuguesa nas terras brasileiras. A partir desse episódio, após um ano da eclosão do movimento, com a retirada de grande parte da coroa portuguesa do centro administrativo do Rio de Janeiro, Dom Pedro I ficou encarregado de exercer o papel de Regente do Brasil. Brasil este que, até aquele momento, encontrava-se na situação de Reino Unido juntamente com Portugal e Algarves (BUENO, 2010; DEL PRIORE; VENANCIO, 2012; MATTOS, 1987).

Passado um tempo, temendo a volta do Rio de Janeiro à posição de sede do Império Português após a morte de Dom João VI, um decreto foi determinado em 21 de setembro de 1821, ordenando o retorno de Dom Pedro I a Portugal, numa clara tentativa de retomar uma política recolonizadora voltada ao Brasil. Apesar dessa solicitação, o Regente “brasileiro” se recusou a retornar e, em 9 de janeiro de 1822, declarou publicamente sua intenção de permanecer no Brasil, episódio que ficou conhecido como "o Dia do Fico" (BUENO, 2010; DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Esse panorama daria início à crise da Independência, que viria a se efetivar em 7 de setembro daquele ano, após intensas disputas de poder entre as coroas portuguesa e brasileira (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Dom Pedro I sagrou-se Imperador do Brasil em 12 de outubro de 1822.

Assim, como pode-se perceber, o processo de independência do Brasil configurou-se nitidamente como um jogo de disputas elitistas entre aristocratas portugueses (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012), visto que, nesse momento, quase não houve participação popular em qualquer tipo de movimento pela libertação do domínio português, o que demonstra certa particularidade na formação do Brasil como país soberano. Isso não significa que não houveram movimentações pela independência durante períodos anteriores (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012), uma vez que assistiu-se a eclosão de duas importantes revoltas durante o

¹ A decadência do Império napoleônico, em 1815, levou os liberais lusitanos a reivindicar a restauração da ordem do país através da instituição de uma Monarquia Constitucional, o Retorno de Dom João VI e a recolonização do Brasil. Cf BUENO, Eduardo. *Op. Cit.* p. 181.

período colonial: a Inconfidência Mineira² (1789) e a Revolução Pernambucana³ (1817) (MATTOS, 1987). Para Doyle e Pamplona (2008), não se pode relacionar ao certo que os movimentos anticolonialistas possuíam viés nacional, posto que não se tinha uma noção de identidade bem determinada antes da independência.

Na percepção do ilustre historiador brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda (1962) não se trata de uma tarefa simples determinar o exato instante em que aqueles que habitavam a América portuguesa passaram a se considerar um povo unido que compartilhava mais semelhanças do que diferenças. Isso porque o contraste entre as distintas regiões do Brasil somado à ignorância generalizada, à longinquidade e à dificuldade de comunicação naquele tempo eram fatores que se tornavam grandes obstáculos para a associação de todos como um povo só (HOLANDA, 1962). Logo, é válido questionar em que momento houve a pretensão de se consolidar uma nação no Brasil e até que ponto isso se relaciona ao anseio de integrar uma unidade ou apenas sugere um desejo maior de soberania política. Para ele, no Brasil “as duas aspirações – a da Independência e a da unidade - não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas” (HOLANDA, 1962, p. 9).

Nesse sentido, um bom exemplo sobre esta questão é apontado por Mary del Priore e Venancio (2012) ao salientarem que, entre a Revolução do Porto e a Proclamação da Independência, as elites regionais brasileiras não sabiam, ao certo, a qual projeto político aderir, fazendo com que parte dela apoiasse a Revolução Portuguesa de 1820 aspirando maior autonomia regional. Esse comportamento pode ser explicado pelo fato de que ao apoiar o movimento liberal português os representantes coloniais de algumas províncias brasileiras eram beneficiados politicamente pela coroa portuguesa, no sentido de poderem eleger suas próprias juntas governamentais (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Com isso, em 1821, boa parte das classes dominantes da colônia passaram a desobedecer às diretrizes provenientes do Rio de Janeiro, apoiando deliberadamente Portugal (BUENO, 2010; DEL PRIORE; VENANCIO, 2012; MATTOS, 1987).

Nessa perspectiva, é importante evidenciar, conforme argumentam Doyle e Pamplona (2008) que os movimentos americanos pela independência, incluindo o do Brasil, não

² Também conhecida como Conjuração Mineira, se configurou como uma rebelião de caráter separatista e republicano, organizada por membros da elite socioeconômica e da oligarquia mineira durante o período colonial. As insatisfações que ocasionaram a revolta estavam ligadas à arrecadação exorbitante de impostos na capitania de Minas Gerais. Cf BUENO, Eduardo. *Op. Cit.* p. 140.

³ A Revolução Pernambucana foi um movimento autonomista de inspiração republicana que eclodiu na capitania de Pernambuco durante o período em que D. João VI estava no Brasil. Foi ocasionada pela nutrição de fortes sentimentos nativistas e separatistas desde 1654, quando houve a expulsão dos holandeses. Cf BUENO, Eduardo. *Op. Cit.* p. 156.

eclodiram devido a um forte sentimento de pertencimento nacional ou a uma gritante diferença cultural em relação à coroa, mas sim por conta da opressão vivenciada enquanto condição de colônia. Para Costa (2008), a movimentação pela independência almejava, sobretudo, compartilhar das vantagens econômicas e dos benefícios da modernidade que não poderiam ser alcançados na condição de colônia.

Logo, o maior intuito, antes mesmo de fundar uma nação, era possuir autonomia suficiente para se desvincular do domínio da metrópole (DOYLE; PAMPLONA; 2008). Prova disso é que no Brasil recém-independente, por exemplo, a estrutura política e administrativa anterior à independência permaneceu intacta, ou seja, não se alterou pela mudança da situação de colônia para país livre. O que observou-se foi a manutenção do regime monárquico que, a partir de então, vigoraria em um Brasil não mais subordinado aos rei e rainha de outra nação, mas em um país independente com os seus próprios monarcas.

Já na leitura de Anderson (1983) sobre a erupção dos movimentos de independência na América, os Estados-nação criados a partir da emancipação colonial objetivavam formular um modelo de governo antagônico ao de seus antigos dominadores:

Do turbilhão americano, vieram realidades imaginadas, como Estados-nação, instituições republicanas, cidadanias comuns, soberanias populares, hinos e bandeiras nacionais, entre outras; acompanhadas da liquidação de seus opostos conceituais impérios dinásticos, instituições monárquicas, absolutismos, vassalagem, nobrezas hereditárias servidões, guetos e assim por diante (ANDERSON, 1983, p. 46).

Contudo, isso não foi o que se observou na experiência de emancipação política brasileira, visto que, diferentemente de alguns países da América Latina, o Brasil não consumou um sistema de governo distinto daquele usado por seu colonizador. Na realidade, a metrópole portuguesa se tornou inspiração para o sistema político que seria aplicado no país após a independência, o que contribuiu profundamente para a falta de um nacionalismo mais genuíno e a consequente necessidade posterior de se fazer uma delimitação da identidade nacional brasileira “direcionada” durante o período do Império brasileiro.

Assim, os esforços da elite político-administrativa após a independência centravam-se na eliminação da influência da corte portuguesa no país e na criação de uma firme estrutura política nacional (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Para Oliveira (2015), apesar de ter se tornado independente em 1822, o Brasil continuava a ser governado por um membro da casa imperial portuguesa. Era, portanto, necessário promover a descontinuidade do império luso-brasileiro (OLIVEIRA, 2015) a fim de construir uma identidade própria ao Estado imperial que se propunha formar. Estado esse que deveria representar a população brasileira em toda sua complexidade.

Segundo Costa (2008), partes da identidade nacional construída no Brasil Império foram provenientes ou da experiência colonial ou do rompimento com a metrópole portuguesa. Logo, tal processo foi permeado pela manutenção e destruição de valores relacionados ao mundo europeu, visto que até às vésperas da Independência as elites regionais não queriam se desprender de certos vínculos com Portugal (COSTA, 2008).

Apesar das constantes indecisões que tendiam à uma maior aproximação com a Coroa Portuguesa, o movimento constitucionalista brasileiro, com a posterior convocação da Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil, surgiu como uma relevante oposição a essa tendência, uma vez que até mesmo Dom Pedro, apesar de suas ressalvas, o aderiu (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Todavia, conforme ressaltam Del Priore e Venancio (2012), as tendências centralizadoras e "absolutistas" do Imperador brasileiro faziam com que, mesmo após o 7 de setembro as elites regionais nutrissem dúvidas em relação a qual tipo de governo deveriam se submeter, ou seja, se deveriam confiar no projeto de país independente ou regressar à condição de subordinação à coroa ibérica. Foi por essa razão e pela evidente carência de uma identificação nacional que o processo de independência do Brasil foi sucedido por variados levantes com pretensões de ruptura.

Conforme apontado por Costa (2008), foi a partir da crise colonial ibérica iniciada pela Revolução do Porto, que sucedeu a coexistência de diferentes direcionamentos durante o período seguinte, fazendo com que as dificuldades territoriais começassem a se tornar visíveis na fase do Império. Para ela, por conta da existência de discordantes identidades políticas regionais, que conviviam em desarmonia em um mesmo território, havia, naquele momento de pós-independência, tendências centralizadoras, tendências de restauração e tendências provinciais. Apesar disso, a monarquia brasileira vingou e com ela surgiu a necessidade das elites apoiarem a união em torno do centro político no Rio de Janeiro. A partir disso, iniciou-se a configuração da identidade nacional, com o intuito maior de reunir todas as identidades regionais díspares e heterogêneas do Brasil (COSTA, 2008).

2.1 PRIMEIRO REINADO: A CRISE DA UNIDADE POLÍTICA DO IMPÉRIO

Mesmo com a convocação da Assembléia Constituinte de 1823, os esforços não foram suficientes para conter aquelas tais tendências autoritárias do Imperador que, após um ano, decidiu dissolver a assembleia e ordenar a redação de uma constituição com poderes "absolutos" legados a ele (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Com isso houve a criação, a partir da Constituição de 1824, do Poder Moderador, destinado ao uso exclusivo do Imperador que poderia se sobressair em relação às diretrizes elaboradas pelos outros poderes

(BUENO, 2010; MATTOS, 1987). Nas palavras de Del Priore e Venancio (2012), a função do Poder Moderador seria aquela a qual:

(...) o monarca reservava para si, entre outras prerrogativas, o direito de nomear senadores, convocar e dissolver assembleias legislativas, sancionar decretos, suspender os conselhos provinciais, nomear livremente ministros de estado, indicar presidente de província e suspender magistrados (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012, p. 118).

Foi por esse e outros motivos que a Confederação do Equador foi deflagrada em 1824. Com nenhuma pretensão de "restauração" a condição política anterior, mas também com intenso descontentamento pelo caráter absolutista do Império Brasileiro, a província pernambucana iniciou um movimento republicano com viés separatista e também federalista (BUENO, 2010; DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). A rebelião agregou diversas esferas da sociedade, tais como fazendeiros, clérigos e homens do campo. Sua rápida difusão seguida do apoio de outras seis províncias fez com que fosse brutalmente reprimida (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Assim, nesse momento, já podia se observar a expressividade de dois caminhos existentes durante o Primeiro Reinado: o federalismo e o centralismo.

É importante ressaltar, segundo Coser (2008), que durante o século XIX, duas alternativas apresentavam-se ao debate político brasileiro: a tendência centralizadora – na qual o poder central deveria se impor sobre os poderes provinciais; e a tendência federalista, em que as províncias deveriam dispor de certa autonomia administrativa, política e econômica, além de recomendar determinações para o poder central. A existência dessas duas perspectivas se mostra bastante importante para compreender os motivos que levaram à necessidade de se construir uma identidade nacional no Brasil durante o Império, posto que elas implicam diretamente no modo como foi conduzida a política imperial, que ora se apegava a princípios centralizadores, ora a momentos de descentralização.

Utilizando a visão de Florestan Fernandes (1981, p. 2), a estruturação social e política que aqui foi fundada após a Independência se configurou como "uma revolução dentro da ordem", ou seja, uma profunda mudança estrutural que não contou com a ampla participação da sociedade. Logo, a maior modificação, em termos sócio-políticos, se deu no âmbito da conformação do poder central – uma vez que o monopólio da metrópole portuguesa deu lugar a um poder central permeado por exigências do liberalismo moderno, enquanto que a composição social se permaneceu intacta, conservando suas características patrimonialistas, patriarcais e escravistas herdadas do período colonial (FERNANDES, 1981).

Foi diante a essa transformação e na tentativa de efetivar a montagem de um aparelho estatal capaz de instalar legalmente uma nova ordem política, que os embates entre

centralizadores e liberais se concentraram, fazendo com que cada lado apresentasse a agenda que julgava mais adequada ao contexto (COSER, 2008; FERNANDES, 1981). Logo, compreende-se como o debate entre centralizadores e federalistas é um tópico relevante para o entendimento das questões relacionadas à administração estatal e à unidade política, e como elas estão intimamente relacionadas à consequente formação de uma identidade nacional durante o período do Império.

Diante disso, e compreendendo a existência dessas duas inclinações políticas, passados dois anos da formulação da Constituição, Dom Pedro I, em um movimento de recuo a sua posição autocrática, convocou a primeira Assembleia Legislativa que foi instalada no país. Contudo, o federalismo cobiçado pelas elites regionais não passava de uma vertigem até então (COSER, 2008; DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Àquele tempo, segundo Carvalho (1993), as motivações federalistas configuravam-se como uma defesa da autonomia das províncias e não como um anseio por liberdade. Todavia, para ele, é sensato considerar a importância que o poder central teve, num primeiro momento, em ser o responsável por guiar a sociedade brasileira recém-independente à liberdade. Assim, seria papel do poder central, ilustrado por uma monarquia forte e centralizada, garantir os direitos civis dos cidadãos pertencentes à nação (CARVALHO, 1993). É por essa razão, e pelo fato da formação histórica brasileira ser estreitamente vinculada ao passado colonial, que o modelo de autogoverno federalista tornava-se inviável no Brasil recém-nascido como nação, segundo sua percepção.

Apesar do momento de retração da monopolização política pelo Imperador com a convocação da Assembleia de 1826, mais um movimento separatista eclodiu no Brasil nesse momento (BUENO, 2010; DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Durante o período de 1825 a 1828 parte da Província Cisplatina forja sua emancipação dando origem ao território do Uruguai. Todo esse panorama político leva a uma brusca crise financeira que tem como principal consequência aumentar a impopularidade do Imperador (BARBATO, 2011; BUENO, 2010; DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Simultaneamente, o exército brasileiro passou a não se submeter mais aos comandos das autoridades governamentais, devido a sua rápida ampliação para conter revoltas separatistas e tropas portuguesas remanescentes (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012; MATTOS, 1987).

Nesse sentido, segundo Del Priore e Venancio (2012), pode-se observar que em meados de 1830 delineou-se um ambiente de guerra civil no país. Levantes armados eclodiram em todo o Brasil, principalmente no Nordeste e no Sul, onde as revoltas demonstravam seu descontentamento com a centralização de poder e as condições

degradantes de vida oriundas da pobreza e da escravidão (BUENO, 2010). É em meio a esse cenário que ocorre a renúncia de Dom Pedro I ao trono brasileiro. O temor pela deposição, somado ao infortúnio da morte de seu pai, foram também determinantes para que o imperador deixasse o trono brasileiro em 1831 (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012; MATTOS, 1987). Além disso, Dom Pedro I, como sucessor da coroa portuguesa, renuncia também ao trono lusitano, tendo em vista que já previa que a existência da possibilidade de restauração tornava-se um grande perigo para a ebulição de movimentos separatistas no Brasil (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012).

Dessa forma, ainda na perspectiva de Del Priore e Venancio (2012), a renúncia ao trono português se configurou como um mecanismo de apaziguamento dos ânimos exaltados no Brasil. Isso porque, tornando uma criança de menos de cinco anos herdeira ao trono, o que ocorreria na prática seria uma temporária transferência de poder às elites regionais (BUENO, 2010; DEL PRIORE; VENANCIO, 2012), uma vez que o governo instituído seria formado, no primeiro momento, por uma Regência Trina e, mais a frente, por uma Regência Una. Assim era de se esperar que a descentralização forçada pudesse dirimir os anseios separatistas, o que de fato não ocorreu. Ao invés disso, tais anseios se intensificaram devido aos processos de eleição das regências. Aquelas regiões que haviam sido derrotadas nas eleições manifestavam sua insatisfação por meio de movimentos armados (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Na leitura de Alfredo Bosi (2012), a abdicação do imperador Pedro I provocou o que ele chamou de “surtos federalistas” com ambições separatistas, fazendo emergir, conseqüentemente, uma resposta centralizadora mais forte até culminar, em fins da década de 1830, na ascensão dos conservadores ao poder.

Com o retorno de Dom Pedro I a Portugal, em 1831, e em decorrência da instabilidade política no Brasil e das complicadas condições de vida das distintas realidades do país, eclodiram as chamadas rebeliões regenciais em diferentes regiões do país (BUENO, 2010; DEL PRIORE; VENANCIO, 2012; MATTOS, 1987). A Cabanagem (1835-1840) no Pará, a Sabinada (1837-1838) na Bahia, a Balaiada (1838-1841) no Maranhão e a Farroupilha (1835-1845) no Rio Grande do Sul. Todas elas possuíam caráter separatista, o que não significa que idealizaram projetos nacionais e nem se enquadraram como conflitos regionais patrióticos (DOYLE; PAMPLONA; 2008). Na verdade, elas representaram a possibilidade real de desintegração territorial da unidade política do Brasil, o que se configurou como um legítimo propulsor para a criação da identidade nacional brasileira.

2.2 PERÍODO REGENCIAL: A ECLOSÃO DAS REBELIÕES

O período regencial durou nove anos e foi permeado por perturbações políticas e sociais de diversos âmbitos. Logo após a abdicação, instalou-se no Brasil a Regência Trina Provisória, representada pelos senadores Carneiro de Campos, Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e Campos Vergueiro. Passados dois meses, um processo eleitoral elegeu aqueles que seriam os integrantes da Regência Trina Permanente – Costa Carvalho, Bráulio Muniz e, novamente, o Brigadeiro Lima e Silva (BUENO, 2010; MATTOS, 1987). Na visão de Bueno (2010), por esses três regentes ocuparem a posição de liberais moderados e, por ficarem no “meio termo” entre os exaltados (que defendiam a autonomia das províncias) e os “caramurus” (que defendiam o retorno de Dom Pedro I), eles não contribuíram muito para apaziguar as turbulências que agitavam o país naquele momento.

Somado a isso, as diferenças de representação e influência por parte das províncias em relação ao poder central aumentavam os conflitos políticos existentes durante o período regencial. Isso porque algumas oligarquias regionais, tais como as do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais possuíam mais poderes de interferência na política nacional do que as oligarquias de outras regiões do Brasil, como as do Rio Grande do Sul, da Bahia e de Pernambuco (BUENO, 2010; DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Por questões como essas que Coser (2008) ressalta que nos anos 1830 houve um recuo do federalismo brasileiro, visto que os conflitos armados que eclodiram a essa época apresentavam-se como uma ameaça à unidade territorial do país. Assim, a partir desse momento, os federalistas passaram a enfatizar a necessidade de uma reforma política coordenada pela elite provincial e não mais propagarem os anseios por participação cidadã e defesa de interesses regionais (COSER, 2008).

Pela perspectiva de Torres (1961), o projeto federalista surgiu como consequência de uma má interpretação histórica da formação social brasileira, uma vez que, durante o Império, as províncias possuíam elementos suficientes de distinção para/com os Estados que adotavam o modelo federalista. Para ele, a forma de governo instituída pelo Império teve, naquele contexto, a maior descentralização admissível para o momento, visto que a possibilidade de adoção de propostas federalistas – tais como o Ato Adicional de 1834 – poderiam ter ocasionado a extinção da unidade nacional e o fim do Estado brasileiro com o surgimento de pequenas e frágeis repúblicas (TORRES, 1961).

Em meio à eclosão das revoltas provinciais, a Constituição sofreu uma alteração pelo supracitado Ato Adicional de 1834, que previa, entre outras cláusulas, a alteração da

Regência Trina para uma Regência Una (BUENO, 2010; MATTOS, 1987). Com isso o Padre Diogo Antônio Feijó foi eleito o primeiro Regente Uno do Brasil, representando uma vitória da província de Minas Gerais (BUENO, 2010) e o aumento das animosidades com outras regiões do país. Dentro desse contexto, a partir de 1835 vários levantes pelo Brasil assumiram uma postura separatista, tornando a Regência de Feijó bastante desafiadora, posto que também enfrentava um forte isolamento pelos membros parlamentares (BUENO, 2010).

O primeiro desses levantes, a Cabanagem (1835), ocorreu no Pará e se iniciou com uma revolta, que deu origem a uma sangrenta guerra civil de cinco anos, sem êxito. Já a Farroupilha (1835), que ocorreu na província do Rio Grande do Sul e foi a mais duradoura e resistente, por algum tempo conseguiu sua emancipação, se auto-denominando República do Piratini. A Revolta dos Malês (1835) foi uma das mais peculiares posto que era formada por um levante de escravos muçulmanos que intencionava exterminar os brancos e estabelecer uma monarquia islâmica na Bahia. Tal movimento já possuía um germe da luta de classe alinhado à contestação da manutenção da escravidão. A Sabinada (1837) se configurou como uma revolta de teor separatista e republicano, articulada por setores da classe média que objetivavam tornar a província da Bahia um território independente do Império brasileiro. No Maranhão, eclodiu a Balaiada (1838) revolta que possuía fortes características populares devido a um de seus líderes ser um cativo fugido e o outro um artesão (BUENO, 2010; DEL PRIORE; VENANCIO, 2012).

O ponto em comum entre todos esses movimentos separatistas que eclodiram no período regencial se centra no fato de três características compartilhadas: por ocorrerem ao mesmo tempo, por demonstrarem insatisfação política e pelo desejo de autonomia/independência (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Na interpretação de Ilmar Rohloff Mattos (1987), as insurgências de setores subalternos, que movimentaram a sociedade brasileira e ameaçaram romper a ordem imposta durante o Primeiro Reinado e o período das regências, estavam permeadas por questões referentes à liberdade e à igualdade. As indagações acerca da participação do cidadão na vida pública do país levavam os brasileiros a se questionarem sobre quem os governava e a demandarem por condições de vida mais dignas (MATTOS, 1987).

Diante desse conturbado contexto, e tendo em vista a ameaça das populações mais pobres tomarem o poder ou desintegrarem o território, começou a se articular, no período de 1837 a 1840, a volta de certos aspectos centralizadores do Primeiro Reinado (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). A renúncia de Feijó, em 1837, fez com que um ano depois o senador Araújo Lima, do partido conservador, assumisse a regência, dando início a um momento

político caracterizado como "regresso". Na visão de Bueno (2010, p. 193), esse processo foi o responsável por tentar retomar uma centralização política e emergir o Brasil em um "estado policialesco". Para Mattos (1987) foi a Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 1840, que iniciou a centralização por parte do Estado, utilizando o uso da força para expandir sua área de controle e evitar as manifestações que ameaçavam a preservação dele. Esta era a ordem Imperial se sobrepondo a todos os indivíduos subordinados a ela (COSER, 2008; MATTOS, 1987).

Acreditava-se que um retrocesso às tendências conservadoras seria capaz de reprimir os levantes separatistas e, ao mesmo tempo, delinear um projeto nacional para manter a integridade territorial (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Tal situação não se prolongou por muito tempo visto que, em 23 de julho de 1840, através de uma reinterpretação do Ato Adicional de 1834, foi articulado pelos liberais o Golpe da Maioridade em favor do empossamento de Dom Pedro II ainda com 13 anos de idade (BUENO, 2010; SCHWARCZ, 2001). É a partir daí que medidas serão tomadas para solucionar o problema da ausência de uma identidade nacional brasileira, através de mecanismos para construí-la.

2.3 UMA QUESTÃO DE NECESSIDADE: A DELINEAÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL

Diante do contexto de conflitos generalizados pelo país, permeado por evidentes diferenças sociais e regionais que se chocavam durante essa fase inicial do Império, é válido refletir sobre quais as razões de ter se instaurado um panorama tão conturbado em uma nação recém independente como o Brasil. Isso pode ser explicado, tanto pelo fato de não ter ocorrido uma revolução de massas no processo de independência brasileiro, fazendo com que não houvessem grandes rupturas com a forma de organização social, cultural e política, e tornando difícil delimitar a análise da formação do Estado nacional brasileiro (KRAAY, 2008); quanto pelo fato do movimento separatista de independência do Brasil ter sido muito mais anticolonial do que nacional (DOYLE; PAMPLONA; 2008).

De acordo com Alfredo Bosi (2012), o Brasil, assim como os Estados surgidos de um passado colonial, não desenvolveu em sua formação como país independente uma correspondência entre os acontecimentos políticos e uma identidade cultural/nacional, o que culminou em certa instabilidade política, principalmente durante o período regencial. Isso se deve, em muito, pelo fato das duas opções político-administrativas do momento (federalista e centralizadora) se enquadrarem dentro da plataforma ideológica liberal que, naquele contexto, mostrava-se bastante excludente do ponto de vista da participação social na vida política do

país, uma vez que os direitos cidadãos estavam estreitamente associado à renda dos eleitores (BOSI, 2012). Com isso, nem a opção mais “radical”, nem a mais conservadora, eram propícias a garantir uma participação mais ativa da população brasileira nas questões referentes à administração do Estado nacional, relegando essa função a uma pequena parcela do todo que compunha o povo brasileiro, isto é, somente às elites regionais (BOSI, 2012). Isso, por sua vez, fazia com que a população do território brasileiro durante o período do Império ficasse bastante desconexa com a sua própria relação com o país ao qual pertencia, contribuindo, assim, para a cultivação de um “não-pertencimento” à nação.

Conforme apontam Doyle e Pamplona (2008), apesar da existência de certos fatores de aproximação advindos da imposição cultural realizada pelos colonizadores, tais como a homogeneização da língua portuguesa e certas características sócio-culturais comuns a todas as regiões do Brasil – como hábitos alimentares e crenças religiosas, provenientes da junção de aspectos da população autóctone com a interferência cultural afro diaspórica; no período do Império, havia ainda muitas tradições culturais heterogêneas que dificultavam enxergar o “povo brasileiro” como um todo. O pluralismo, por vezes, se mostrava um empecilho para a consolidação de uma nação com povo unido (DOYLE; PAMPLONA; 2008).

Esse pluralismo existente na base demográfica de grande parte dos países latino-americanos impediu que o ideal de nação fosse atrelado aos termos europeus referentes a um povo, ou seja, não houve aqui um passado coletivo relacionado a uma ascendência étnica comum, uma vez que a diversidade étnico-cultural latinoamericana é carregada de distintos e restritos passados heterogêneos (DOYLE; PAMPLONA, 2008). Dessa forma, analisando o Brasil nesse contexto, não houve espaço, durante o período colonial, para a consolidação de mitos, memórias, símbolos e valores enraizados dentro de cada um que pertencia ao todo do povo brasileiro. Nem mesmo após os processos de emancipação política e econômica, uma vez que as nações latino-americanas, como um todo, ainda continuaram a sofrer influência europeia na formação de sua identidade, principalmente pela presença da Grã-Bretanha no âmbito comercial e da França no âmbito cultural, sendo essa uma constante na realidade desses países recém independentes (COSTA, 2008). Essa particularidade fez com que nações assim consolidadas não possuíssem características identitárias perenes e sólidas (DOYLE; PAMPLONA, 2008).

Para Hendrik Kraay (2008) havia um consenso sobre o fato de que a nação brasileira ainda não existia em 1822 e, por essa razão, precisou ser inventada ao longo do regime imperial. Nesse sentido, segundo Roderick Barman (1988), havia até meados de 1840 uma dicotomia existente entre a “nação oficial” e a “nação real”, visto que essa primeira,

simbolizada pela monarquia brasileira, não era capaz de causar uma aglutinação entre aqueles que deveriam se sentir pertencentes à segunda. Essa falha pode ser entendida pela ótica de Centeno (2002), uma vez que o processo de Independência no Brasil não gerou grande comoção por parte da população fazendo com que o nacionalismo desenvolvido durante os anos iniciais do Império fosse bastante limitado. Em outras palavras, pode-se dizer que não houveram inspirações suficientes para a idealização de um imaginário arraigado em símbolos nacionais consolidados (CENTENO, 2002 apud KRAAY, 2008).

Para Costa (2008), a formulação da ideia de nação nos primeiros anos do Império foi bastante difícil devido à coexistência simultânea de distintas dimensões étnicas, culturais e cívicas dentro de todo o território brasileiro – que era permeado por influências ameríndias e africanas. Assim, a existência da heterogeneidade social, marcada pela acentuada diferença entre as regiões brasileiras, levou a um processo de transferência do significado de "nação" para o termo "território" (COSTA, 2008). Essa relevância atribuída ao território nacional pode ser identificada através do artigo 6º da Constituição do Império, em que há uma evidente associação entre os conceitos de cidadania e nacionalidade (MATOS, 1987). Logo, propagar a ideia de que a unidade territorial era essencial para a aglutinação social, tirava o peso de se construir ideais nacionais para priorizar a manutenção do território herdado da colônia lusitana (COSTA, 2008).

Entretanto, essa estratégia já estava se mostrando insustentável, uma vez que além da ausência de ideais nacionais, parecia também haver durante o Primeiro Reinado, e principalmente durante o período regencial, a inexistência de uma identificação com o território nacional. Para José Murilo de Carvalho (2002), para a sobrevivência das nações é preciso haver a formação de uma identidade coletiva que possa servir como um contrapeso a certas tendências de segmentação que todas enfrentam. Para ele, a identidade é elaborada a partir de vários elementos que, em sua maioria, são carregados de valores emocionais (CARVALHO, 2002). Assim, surgia a necessidade de “inventar tradições” capazes de promover a unificação nacional no Brasil. Hobsbawm (1997, p. 12) considera que a invenção das tradições “é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”. Logo, o processo pelo qual as tradições são criadas se torna mais visível e efetivo quando há uma iniciativa deliberada objetivando a formulação de uma tradição.

Para Bosi (2012), todos os países que um dia se encontraram em condição de colônia estavam em busca de uma identidade, e isso não era diferente no Brasil. Para ele, era necessário que aqueles que forjaram a independência e os seus imediatos sucessores fossem

capazes de distanciar a recém-nação da sua antiga metrópole e, a partir daí, formular princípios autônomos baseados em sua autoafirmação (BOSI, 2012). No caso do Brasil Império, esse processo é evidenciado quando o próprio governo imperial, através de algumas instituições, buscou criar uma identidade nacional para o país, uma vez que não existiam, até então, tantos aspectos capazes de delinear um ideário sobre a noção de brasilidade.

Renouvin e Duroselle (2000) apontam que por mais que haja uma ampla associação entre nacionalismo e democracia, foi também através de doutrinas políticas conservadoras que o nacionalismo se consolidou e se difundiu. Segundo eles:

(...) las doctrinas políticas conservadoras favorecieron la expansión del nacionalismo, porque se fundaban en el principio de autoridad y en la sumisión del individuo a los designios y a las órdenes del poder y porque dieron su confianza a ese poder para determinar, por sí solo, los intereses nacionales (RENOUVIN; DUROSELLE, 2020, p. 232).

Assim, levando em conta todas as dificuldades referentes à preservação da unidade política e territorial do Brasil, o poder monárquico, juntamente com as elites regionais, notou a ausência de um alicerce fundamental para aglutinar o povo à sua nação. Logo, foi necessário que os dirigentes políticos formassem medidas para a criação de uma identidade que simbolizasse o aspecto nacional e fosse capaz de preservar a coesão territorial. Para isso, alguns aspectos utilizados para fomentar o sentimento de patriotismo foram: o engrandecimento da figura do Imperador, a exaltação de elementos da natureza e a imposição de uma atmosfera de fraternidade racial, por mais que esta última não existisse na prática (MATTOS, 1987).

Dessa forma, segundo a visão de Matos (1987), o Golpe da Maioridade simbolizou o início de um novo tempo, mas não por isso deixou de representar certa continuidade com a política administrativa anterior. A coroação do jovem Pedro II era simbólica para a consolidação da Coroa e a concretização da imagem de um Império, noção que há algum tempo havia sido perdida em meio às conturbações da regência. Observa-se, portanto, que a criação da identidade nacional emergiu de uma necessidade indispensável para os objetivos de centralização do governo imperial, concentrado em promover a manutenção da paz e impedir a desagregação nacional (COSER, 2008).

3 MECANISMOS E ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Após a constante eclosão de manifestações sociais que faziam forte objeção ao projeto político imperial e pressionavam pela adesão ao federalismo e, até mesmo, a independência de certas regiões do país; a elite administrativa Imperial buscou, não somente, reprimir as rebeliões, como também impulsionar deliberadamente a confecção imaterial de uma identidade nacional para o Brasil, no sentido de prosseguir com o projeto monárquico (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Segundo aponta Kraay (2008), de início os rituais cívicos realizados durante o Império Brasileiro se configuraram, indiretamente, como meios de promover o contato entre a massa popular e os setores da elite, o que, de certa forma, acabava por delinear uma noção, mesmo que superficial, da existência de uma nação brasileira.

Os rituais litúrgicos eram articulados com a finalidade de reafirmar o poder do Imperador e a existência da nação, tal como ocorria durante coroações, festas nacionais ou comemorações pela Independência. Esses episódios produziam impactos no imaginário cívico brasileiro, consolidando a consciência nacional através da presença marcante da monarquia (KRAAY, 2008). Além disso, é válido considerar também, que outras formas comuns de se promover a difusão de ideias naquele período centravam-se em gêneros públicos, tais como os sermões e a oratória cívica por meio, principalmente, de discursos e pronunciamentos (BOSI, 2012). É nesse contexto que os ideais de nação eram propagados num primeiro momento, utilizando recursos mais populares e acessíveis – como o entoamento de canções e hinos, visto que grande parte da população brasileira daquele tempo não possuía acesso à alfabetização, muito menos a uma formação intelectual mais profunda (BOSI, 2012; BUENO, 2010).

Mesmo assim, somente essas experiências não se mostravam suficientemente potentes para imprimir na mentalidade coletiva da população uma noção precisa sobre a nacionalidade. Conforme Renouvin e Duroselle (2000), é a partir da penetração dos ideais nacionais na mentalidade da população que se cria um subconsciente coletivo. Para isso, intentou-se, com o apoio do Império, a fundação de instituições encarregadas de promover uma nacionalidade típica brasileira capaz de gerar uma identidade coletiva a todos os habitantes naturais do país (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Nesse sentido, Anderson (1983) aponta que as nações são consolidadas principalmente devido aos esforços intelectuais para sua concepção. Isso significa que a literatura, a imprensa e quaisquer outros ofícios científicos e historiográficos que buscavam construir idealizações em torno de unidades

políticas soberanas, são de extrema relevância para a criação das comunidades imaginadas (COSTA, 2008). Esforços em todas as áreas do conhecimento como a linguística, a historiografia, as artes plásticas, a arqueologia e as composições musicais foram essenciais para produzir e divulgar uma identidade nacional para o Brasil (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012).

Não só o Brasil, como também outras “recém-nações” americanas, buscaram produzir sua própria identidade nacional unificadora através de variados mecanismos de criação de tradições, desde à produção histórica e literária de mitos e heróis, até à composição de músicas e canções com o intuito de glorificar as memórias e vitórias nacionais (DOYLE; PAMPLONA; 2008). Nessa perspectiva, é importante pontuar que as tradições inventadas abarcam duas formas principais de criação de tradições: as que foram realmente inventadas, isto é, confeccionadas deliberadamente através da institucionalização formal; e aquelas tradições que emergiram de forma mais camuflada, sendo dificilmente determinadas em um preciso período de tempo, mas que se consolidam de maneira muito veloz (HOBSBAWM, 1997). Nesse sentido, na concepção de Hobsbawm:

Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente regulado por regras clássicas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWM, 1997, p. 9).

Outrossim, para ele, uma grande característica das tradições inventadas consiste no fato de que o passado ao qual se referem pode ser baseado em fatos reais ou simplesmente forjados, que de tantas vezes repetido se torna real. Além disso, algumas vezes, práticas tradicionais pré-existentes em um país são alteradas, por meio da ritualização ou institucionalização, com o objetivo maior de assistir novos propósitos nacionais (HOBSBAWM, 1997). No caso do período imperial brasileiro, muitas das tradições inventadas foram criadas respaldadas em releituras e interpretações de materiais produzidos anteriormente, como, por exemplo, as produções históricas e literárias que se basearam em relatos de viagens realizadas durante o período colonial e pesquisas anteriormente elaboradas sobre o Brasil colonial.

Conforme aponta Costa (2008), desde o surgimento do Brasil como entidade política recém-independente já haviam produções escritas sobre o território brasileiro, sendo a mais conhecida delas produzida por Robert Southey em 1810, um poeta inglês que nunca chegou a visitar o Brasil, fundamentando sua pesquisa histórica através de fontes bibliográficas portuguesas e britânicas. Houveram ainda explorações geográficas e missões científicas

européias em terras brasileiras que objetivavam auxiliar a construção da identidade nacional e da imagem internacional do país (BOSI, 2012, COSTA, 2008, MATTOS, 1987). Porém, conforme defende Pierre Renouvin e Jean Baptiste Duroselle (2000), é evidente a existência de uma diferença entre a forma real como um povo se manifesta e a imagem formada sobre esse povo, principalmente quando esta é construída a partir dos princípios, do temperamento e do caráter nacional de outro povo.

Em outras palavras, pode se entender que a imagem de uma nação ou de um povo, muitas vezes, se distancia da realidade, posto que a difusão de estereótipos influencia diretamente a forma como essa nação se apresenta, para si e para o mundo, ao longo da história (RENOUVIN; DUROSELLE, 2000). As imagens do país criadas por esse "mecanismo de estudo", baseado na percepção do outro sobre nós, foram permeadas de princípios etnocêntricos que foram embutidos na visão do mundo sobre o Brasil e, principalmente, na forma como as próprias elites brasileiras se enxergavam (COSTA, 2008). Para Costa (2008), isso reflete duas profundas características da cultura brasileira no século XIX, quais sejam, a necessidade de se espelhar à Europa e a fragilidade brasileira em relação ao julgamento externo conforme os padrões europeus.

As missões científicas estrangeiras foram impulsionadas a partir de 1816 quando o Brasil elevou sua condição de colônia para integrar o Reino Unido com Portugal e Algarves (BUENO, 2010; BOSI, 2012; COSTA, 2008, MATTOS, 1987; NICOLA, 2011). Uma das mais famosas missões científicas e culturais foi a missão artística francesa, realizada em 1815, que se caracterizava pelas funções instrutivas e educativas relacionadas à estética a ser produzida no Brasil (BOSI, 2012; COSTA, 2008). Com ela vieram variados grupos de artistas (entre eles pintores, escultores, literatos e artesãos) que seriam os responsáveis por fundar, em 1816, com o apoio de Dom João VI, a Escola Real de Ciências Artes e Ofícios que, mais tarde, seria substituída pela Academia Imperial de Belas Artes sobre administração de Dom Pedro I (NICOLA, 2011).

Dentre os mais renomados artistas integrantes da Academia Imperial de Belas Artes estão os pintores Jean-Baptiste Debret, Nicolas-Antoine Taunay – que em sua linha de sucessão deu origem ao grande romancista brasileiro Alfredo Taunay, um dos mais famosos da segunda metade do século XIX – e o arquiteto Grandjean de Montigny (COSTA, 2008). Na percepção de Bosi (2012), Debret contribuiu imensamente para a construção do repertório de imagens cotidianas do Brasil, retratando os principais tipos brasileiros (negros, indígenas e cablocos) e os diferentes estamentos da sociedade, incluindo desde a escravidão até a burguesia; enquanto Taunay se concentrou, mais especificamente, na construção de

paisagens a fim de retratar a tropicalidade da natureza brasileira. Já Montigny, foi um dos grandes responsáveis pelo paisagismo e urbanismo da capital do Império Brasileiro, modificando o estilo colonial que, até então, era inspirado na tradição barroca católica para o estilo europeu de bases neoclássica. Essa característica foi bastante percebida nas construções do Rio de Janeiro do século XIX, onde houve uma clara tentativa de incorporar traços europeus às características tropicais do Brasil (BOSI, 2012).

Para Bosi (2012), a Academia Imperial de Belas Artes foi responsável pela formação de muitas gerações de artistas, e aprofundou a expressiva influência da cultura francesa na produção histórica, literária e artística desde a chegada da Corte portuguesa em 1808 até o período regencial. Apesar de não ter sido homogênea, a influência francesa incorporou traços europeus às características tropicais do Brasil do século XIX e colaborou para elaborar os contornos da imagem romantizada e idealizada da fauna e flora brasileira, incluindo nisso a percepção sobre o indígena, que se intensificou ainda mais com o posterior movimento literário romântico no Brasil (BOSI, 2012).

Costa (2008) aponta que os escritos sobre o Brasil exaltavam suas belezas naturais, sua diversidade representada pelo potencial mineral e vegetal e, principalmente, evidenciavam que o Brasil, conforme consta em *Voyages dans l'Amérique méridionale* (D'ORBIGNY, 1855, p. 229) seria, sem sombra de dúvidas, “o país mais favorecido pela natureza”. Por outro lado, apesar da diversidade de “tipos humanos” existente em terras brasileiras ter sido descrita nos fragmentos de viagens como uma riqueza étnica e cultural brasileira, houveram também relatos etnográficos abordando a miscigenação de forma depreciativa e assinalada como característica desfavorável em meio a um ambiente tão rico em potencialidades (COSTA, 2008).

Ainda segundo Costa (2008), as produções realizadas nas viagens científicas pelo Brasil durante o período de 1815 a 1822 só foram apresentadas publicamente após a independência, mais precisamente durante os anos 1830, momento em que a monarquia brasileira estava concentrada em consolidar seu projeto unitário em oposição às rebeliões regionais que estavam eclodindo pelo país. A partir da segunda metade do século XIX os relatos ilustrativos de viagens, realizados por intelectuais imigrantes e nativos brasileiros, passaram a ser monopolizados pelas instituições monárquicas do Brasil na tentativa de promover a construção deliberada da identidade nacional brasileira. Esse procedimento passaria a ser intensificado a partir dos anos 1830 com a participação de instituições patrocinadas pelo Império, tais como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (BOSI, 2012; COSTA, 2008).

De acordo com Del Priore e Venancio (2012), foi também a partir da metade do século XIX que surgiu uma nova tendência cultural que envolveu a capital do Império brasileiro: a prática de revirar o passado pré-colonial em busca de vestígios das antigas civilizações que já habitaram o país. Dessa forma, em 1839, deu-se início aos empreendimentos científicos financiados pelo governo monárquico e promovidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que contavam com o amplo suporte de renomados intelectuais daquela época. Não obstante, a realização das incursões oficiais não impediu que expedições científicas arqueológicas fossem realizadas independentemente da participação do IHGB, aumentando assim a possibilidade de realizar descobertas por todo o território brasileiro (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012).

Ao mesmo tempo, desenvolvia-se também na sede Imperial, amplos estudos históricos e linguísticos a respeito das sociedades indígenas brasileiras. Adolpho de Varnhagen⁴ demonstrou através de um estudo comparativo, a semelhança dos vocábulos utilizados pelos povos indígenas tupis-guaranis com a origem linguística euro-asiática propondo, assim, a teoria dos "povos decaídos", especulando a possibilidade da ascendência dos povos originários do Brasil estar conectada com as civilizações mediterrâneas que deram origem aos povos europeus e africanos, a exemplo dos fenícios, gregos e egípcios (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012).

Além disso, nesse período foram resgatadas também as abordagens artística e literária do Brasil recém-independente, principalmente durante o primeiro império. Conforme Bosi (2012) elas se inspiravam, a princípio, nos moldes neoclássicos até evoluir para a tendência romântica. Assim, as composições musicais, as produções poéticas, a pintura e a arquitetura eram orientadas naquele tempo por uma tendência artística já banalizada, mas não obsoleta visto que seu uso também era feito em países europeus na mesma época (BOSI, 2012). Em sua formulação:

No Brasil, novo Estado-nação que se separava de Portugal, as letras e as artes pautaram-se pelo mesmo tardio neoclassicismo, conservando os clichês mitológicos e a retórica das palavras e imagens que se prolongou até o advento dos primeiros românticos (BOSI, 2012, p. 227).

Assim, pode-se ressaltar também que as produções poéticas do início do período imperial foram permeadas por um rebuscamento banal da oratória e um sentimentalismo

⁴ Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) foi um dos bolsistas enviados para Lisboa, com o apoio do Imperador brasileiro, para coletar documentos referentes ao Brasil. Em 1854 ele publicou a *História Geral do Brasil*, considerada a crônica documental mais completa sobre o período da colônia, fazendo com que fosse conhecido como pai da historiografia brasileira Cf BUENO, Eduardo. *Op. Cit.* p. 209.

árcade⁵ (VERÍSSIMO, 1954; CANDIDO, 1959 apud BOSI, 2012), fazendo com que as obras publicadas durante o Primeiro Reinado fossem instrumentalizadas através de uma linguagem convencionalizada, para transmitir um caráter sentimental capaz de persuadir o interlocutor sobre a proeminência de valores patrióticos e morais (CANDIDO, 1959 apud BOSI, 2012). Outrossim, a literatura desse primeiro momento do Império também esteve permeada por impressões europeias sobre a natureza e os habitantes do Brasil, visto que renomados escritores franceses, como Chateaubriand⁶ e Ferdinand Denis⁷, documentaram suas percepções idealizadas e rousseaunianas em torno do “selvagem brasileiro” (BOSI, 2012).

Com o passar do tempo e a evolução das características da literatura brasileira, a primeira geração do Romantismo contribuiu muito para a produção literária que compunha o acervo do Instituto, uma vez que os temas abordados, tanto na prosa como na poesia romântica, versavam sobre a exaltação da nacionalidade brasileira (BOSI, 2012). Paralelamente, a revista Niterói surgia com uma iniciativa de propor uma literatura que pudesse representar o ambiente e a sociedade que compunham a nação brasileira, que mais tarde seriam temas abordados também nos artigos do periódico literário *Minerva Brasiliense* (1843-1845) (BOSI, 2012).

O Imperador Dom Pedro II mostrava-se bastante empenhado ao projeto histórico e científico que estava sendo desenvolvido durante o Segundo Reinado, uma vez que, para além dos seus interesses pessoais relacionados aos estudos das culturas, havia uma percepção político-administrativa sobre a falta de um pilar sustentador da sociedade brasileira, isto é, a identidade nacional (BUENO, 2010; DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Assim, os interesses nacionais caminhavam no mesmo sentido dos empreendimentos científicos, historiográficos e arqueológicos que manifestavam-se no país, objetivando, sobretudo, fazer das respostas dessas pesquisas uma base para a formulação da História da nação.

Segundo aponta Giordani (2016) a estratégia mais utilizada pelo governo de D. Pedro II consistiu na revitalização e criação de instituições de fomento à cultura e à educação, tais como a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) e o Instituto Histórico e Geográfico

⁵ O arcadismo foi a tendência estética dos anos 1700 que, marcado pelo Iluminismo e pelas questões referentes à burguesia, possuía como principais características a retomada da antiguidade clássica, através da mitologia; a exaltação da natureza e o amor idealizado. Cf NICOLA, José de., 2011.

⁶ François-René de Chateaubriand (1768-1848) foi um diplomata e político francês, além de ter sido um dos pioneiros escritores românticos da França. Escreveu *Voyage en Amérique* (1827). Cf CARMINATTI, Natália Pedroni. O impulso literário de François-René Auguste de Chateaubriand. *Lettres Françaises: Revista da Área de Língua e Literatura Francesa*, n. 19, ed. 1, 2018.

⁷ Jean Ferdinand Denis (1798-1890) foi um viajante, pesquisador, escritor e historiador francês especializado em História do Brasil. Foi o responsável por publicar, em 1821, na França, a Carta de Pero Vaz de Caminha no Le Brésil. Cf ZILBERMAN, Regina. Ferdinand Denis e o resumo de história literária. *Resumo da História Literária de Portugal seguido do Resumo da História Literária do Brasil*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2018.

Brasileiro (IHGB). De acordo com Barbato (2011), diferentemente da Europa, onde a produção intelectual era produzida dentro das universidades, no Brasil do século XIX, as academias de modelo ilustrado eram o berço da historiografia, da ciências e do desenvolvimento das artes. Logo, a AIBA concentraria seus esforços de criação da identidade nacional brasileira na produção artística, especialmente de pinturas históricas, como forma de criar uma “biografia visual do Brasil” (GIORDANI, 2016, p. 3); ao passo que o IHGB ficaria responsável por documentar a história brasileira, mapear a topografia completa do país e, por fim, fomentar a produção de historiografia oficial do Brasil (SCHLICHTA, 2006).

3.1 AS AÇÕES DELIBERADAS PARA A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO BRASIL

3.1.1 O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Foi em 1838, durante a regência de Araújo Lima, que uma proposta surgiu objetivando a fundação de uma instituição que tivesse por objetivo estudar alguns aspectos históricos e geográficos do Brasil, tais como a topologia, as características étnicas e, principalmente, contar sobre o passado da nação recém-criada (BOSI, 2012; SCHWARCZ, 2001). Nesse sentido, iniciou-se a criação de um projeto de elite com viés nacionalista que se desenvolveria através da elaboração ilustrada e romântica de componentes históricos, físicos e culturais que comporiam a realidade brasileira (BOSI, 2012). Foi assim que surgiu o Instituto Historico e Geographico do Brazil, que teria o amplo apoio do futuro Imperador Dom Pedro II, sendo ele o responsável por presidir mais de quinhentas sessões e patrocinar o estudo de vários historiadores e artistas no exterior (BUENO, 2010).

Conforme consta no Tomo I da revista do instituto (1839), a tramitação da criação do IHGB se deu através da elaboração de uma proposta que foi encaminhada a uma assembleia geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional⁸, a fim de angariar o apoio desta para a instalação do Instituto (REVISTA IHGB, 1908). No seguinte trecho da proposta é possível notar a percepção da época sobre a criação do Instituto Histórico, além também de evidenciar os objetivos pelos quais essa proposta se mostrava necessária naquele momento:

⁸ Também conhecida como SAIN, era uma comunidade científica inspirada na francesa *Société D'Encouragement à L'Industrie Nationale*, que surgiu sob a jurisdição do Governo Imperial e foi ligada aos Ministério dos Negócios do Império e Ministério da Agricultura, Comércio e Obras, respectivamente. Tinha por objetivo promover o progresso nacional. No Brasil, foi voltada, principalmente, para a promoção do desenvolvimento da agricultura e pecuária, além de concentrar uma comunidade de políticos, cientistas, homens letrados e ligados ao mundo dos negócios. Cf BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens. XIII Encontro de História Anpuh-Rio: Identidades. Rio de Janeiro, 2008.

Sendo innegavel que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarquia constitucional, onde o merito e os talentos devem abrir as portas aos empregos e, em que a maior somma de luzes deve formar o maior grão de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensavel necessidade, principalmente aquellas que, versando sobre a história e geografia do paiz, deve ministrar grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros (REVISTA IHGB Tomo I, n. 1, 3 ed.,1908, p.5).

Januário da Cunha Barboza, o primeiro Secretário Perpétuo do IHGB, deixou claro, em seu primeiro discurso, a importância da criação do Instituto para revitalização da memória brasileira ao parafrasear uma fala de Alexandre de Gusmão⁹ nos seguintes termos: "vamos salvar da indigna obscuridade, em que jazia até hoje, muitas memórias da pátria e os nomes de seus melhores filhos" (REVISTA IHGB Tomo I, n. 1, 3 ed.,1908, p.10); numa evidente demonstração de que esforços seriam tomados no sentido de exaltar o caráter patriótico do país e construir uma identidade nacional a partir das memórias e, principalmente, através da exaltação de certos momentos e personagens históricos.

O Instituto Historico Geographico Brasileiro tinha por objetivo "colligir, methodisar, publicar e archivar os documentos necessarios para a historia e geographia do Imperio do Brazil" (REVISTA IHGB Tomo I, n. 1, 3 ed., 1908, p.18), buscar manter correspondências com nações estrangeiras, se ramificar nas províncias do império para executar um melhor desempenho de sua finalidade e, por fim, publicar trimestralmente uma revista contendo atas, trabalhos realizados pelo Instituto, memórias e historiográficas do Brasil e notícias de história e geografia publicadas sobre o país internacionalmente (REVISTA IHGB, 1908). O funcionamento do IHGB dava-se a partir da coleta de documentos, materiais arqueológicos relatos regionais nas distintas províncias do Brasil, as quais possuíam seus respectivos institutos regionais, que deveriam ser enviados para a sede da instituição localizada na capital, para que lá fosse escrita a oficial "História do Brasil" (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012; SCHWARCZ, 1993).

Para Barbato (2011), para atingir os seus objetivos de concretização de aspectos nacionais e de preservação da configuração territorial, o instituto se amparou em medidas pedagógicas e culturais a fim de levar a cabo o projeto da monarquia. Para isso, o IHGB era composto por um conjunto de acadêmicos – historiadores, geógrafos, administradores

⁹ Alexandre de Gusmão (1695-1753) foi um ilustre diplomata português, nascido em Santos, que compunha a Corte de D. João V. Defensor do *uti possidetis*, desempenhou importante papel nas negociações do Tratado de Madrid, além de influenciar outras decisões de Portugal em relação à colônia do Brasil. Cf FUNAG. Quem foi Alexandre de Gusmão? Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-foi-alexandre-de-gusmao>.

políticos, poetas e romancistas – que se debruçaram em diferentes áreas de investigação com o intuito de revelar o caráter nacional brasileiro (BOSI, 2012; DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Somado a isso, segundo Bosi (2012), os relatos de viajantes europeus produzidos durante viagens no território do Brasil e algumas narrativas biográficas produzidas por escritores coloniais também compunham o repertório histórico e científico do Instituto. Inclusive, foi através desses documentos e declarações escritas nesse período que os escritores românticos se pautaram para desenvolver o tema do indigenismo na década de 1840 (BOSI, 2012).

Essa importância concedida às descrições e exposições realizadas por europeus ainda no período do Brasil colônia demonstra, segundo Barbato (2011), uma importante característica do IHGB, qual seja, promover a continuação da missão civilizatória que se impôs no país desde o início da colonização, uma vez que o instituto buscou promover a construção da ideia de nação no Brasil sem objeções à antiga metrópole e associado à irrestrita influência francesa. Apesar disso, essa característica não alterava em nada os objetivos da nação já que, conforme Del Priore e Venancio (2012), a proposta da instituição ainda seguia o mesmo projeto centralizador do império, centrado na produção de uma identidade nacional capaz de unificar, de forma ideacional, todas as regiões que integravam o país.

Segundo Costa (2008), foi somente em 1840 que o Instituto Histórico e Geográfico brasileiro decidiu abrir um concurso para selecionar a melhor proposta escrita sobre a História do Brasil. A versão escolhida pelo IHGB para eleger o componente fundamental fundador da história nacional foi apresentada pelo naturalista alemão Karl von Martius, que havia promovido viagens para diversas regiões do Brasil durante o período de 1817 a 1820 (COSTA, 2008; DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Sua tese defendia que o Brasil teria se formado a partir da junção das três raças – branca, indígena e negra. No livro de von Martius, cada uma das três raças foi responsável pela contribuição de parte da identidade nacional brasileira. A colaboração lusa estaria associada aos contornos de civilização que foram implementados no Brasil, tais como as instituições políticas, econômicas e religiosa, representada pela fé cristã. Em uma abordagem de teor pejorativo, o contributo africano se concentrou na crença em superstições e no relacionamento com a natureza; enquanto que a contribuição indígena advinha de sua suposta ancestralidade em civilizações antigas (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012).

Segundo Del Priore e Venancio (2012), essa pequena diferenciação valorativa realizada por von Martius em sua obra foi capaz de relegar aos povos indígenas um papel

mais importante – e até equiparável com a contribuição portuguesa – do que o da população afrodiaspórica na formação da nacionalidade brasileira, fazendo com que esse pensamento fosse traduzido nas obras literárias produzidas no período. Essa pode ser uma explicação viável para o fato do indígena ter sido escolhido para representar o herói nacional brasileiro e constituir uma vertente do pensamento romântico desenvolvido na literatura brasileira.

Entretanto, apesar de ter sido escolhido como o vencedor do concurso, o projeto de von Martius sobre a história do Brasil nunca chegou a ser publicado fazendo com que, em 1858, o primeiro livro intitulado *História Geral do Brasil* viesse a público por Adolpho de Varnhagen. O conteúdo deste livro é repleto de opiniões elaboradas por viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil durante a primeira metade do século XIX, e foi alvo de diversas críticas negativas feitas durante os encontros da Société de Géographie de Paris, por ser uma obra repleta de preconceitos (BUENO, 2010; COSTA, 2008). Mesmo assim, foi a ideia desenvolvida por von Martius que serviu de inspiração não somente para a interpretação defendida por historiadores brasileiros, uma vez que foi utilizada também como arrimo para a produção literária e poética da época (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012).

Para Del Priore e Venancio (2012), o pensamento desenvolvido por von Martius estava bastante alinhado aos objetivos do IHGB, na medida em que além de provocar um distanciamento entre o povo brasileiro e o povo português, gerava a ideia unificadora que deslegitimava os movimentos separatistas. Além disso, a combinação de características raciais demonstrava uma especificidade da sociedade brasileira e era interpretada de modo a constituir uma particularidade nacional (ORTIZ, 1986). Em outras palavras, fundava-se a ideia de um "povo brasileiro" pertencente a um contexto único e próprio que em nada se assemelhava à outras formações nacionais, sendo produto de uma união genuína de distintas culturas e não somente uma ramificação da personalidade da antiga metrópole colonizadora (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012; ORTIZ, 1986).

De início, grande parte dos membros fundadores do IHGB estavam associados diretamente ao Estado Imperial brasileiro, desempenhando cargos como chefes de secretaria, procuradores e desembargadores (BARBATO, 2011; DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Assim, a mais importante instituição científica e cultural do país era administrada, majoritariamente, por integrantes da corte – que em sua maioria ainda eram nascidos em Portugal – e pelas oligarquias regionais (BARBATO, 2012). Apesar da constante influência de "figuras palacianas" na organização do Instituto, com o passar do tempo e com a evolução dos conteúdos abordados pela revista, o IHGB passou a demonstrar mais consistência e constância em sua produção intelectual durante o Segundo Reinado, se aproximando mais da

realidade brasileira (BOSI, 2012). Todavia, era impossível conceber um total rompimento com as raízes europeias visto que o próprio Imperador, e grande parte de sua corte, descendia diretamente dos portugueses (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012).

Ademais, apesar da "teoria das três raças" ter sido escolhida para explicar as origens brasileira, é perceptível como a formação do povo brasileiro não se enquadra como um simples subproduto de etnias, visto que, tanto pela perspectiva cultural, social e fisionômica, a população do Brasil, não constitui uma unidade homogênea (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Outro ponto que também coaduna com a refutação dessa hipótese é referente ao fato de que todo o continente americano teve a presença das três etnias mencionadas por von Martius, porém nem todas as nações que emergiram na América compartilharam da mesma formação histórica, estrutural e social do Brasil (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012).

Além da produção historiográfica de von Martius e Varnhagen, foi a partir de um outro intelectual europeu, o francês Ferdinand Denis, que se consumaram importantes documentos históricos sobre a historiografia brasileira do período colonial, sendo o principal deles a Carta de Pero Vaz de Caminha (COSTA, 2008). De acordo com Costa (2008), partiu dele a ideia de vincular a produção literária romântica à construção da identidade nacional do Brasil. Influenciado por René Chateaubriand, Denis, que já era renomado na época por possuir uma posição de prestígio no meio acadêmico de Paris, impulsionou jovens romancistas brasileiros a incorporarem a temática da cultura indígena em suas obras de romance, chegando a aconselhar, diretamente, Dom Pedro II sobre a possibilidade de promover a exaltação dos povos indígenas como forma de inspirar o sentimentalismo nacional (COSTA, 2008).

3.1.2 O MOVIMENTO LITERÁRIO ROMÂNTICO

O desenvolvimento do Romantismo como movimento artístico na Europa se deu em fins do século XVIII, em meio ao pleno desenvolvimento da burguesia e a ascensão dessa classe como elite no mundo ocidental durante a primeira metade do século XIX (SODRÉ, 1969). De acordo com Sodré (1969), existe uma clara rela o de causalidade entre a forma o da burguesia e o surgimento do movimento romântico:

Burguesia e romantismo, pois, são como sin nimos, o segundo a expressão literária da plena domina o da primeira. (...) O advento do Romantismo, pois, são tem uma explica o clara e profunda, explica o objetiva quando subordinada ao quadro histórico em que se processou (SODRÉ, 1969, p. 189).

O Romantismo emergiu, então, como uma reverberação do contexto de mudanças estruturais vivenciado pela sociedade europeia, se configurando, assim, como um gênero literário caracterizado por sua versatilidade filosófica e por transitar entre a religião e a ciência (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Conforme defende Citelli (1993), não se pode tentar reduzir o Romantismo à apenas algumas características, posto que o movimento foi tão amplo que convivia, a todo momento, com a existência de diversas incongruências:

O romantismo foi mais que um programa de ação de um grupo de poetas, romancistas, filósofos ou músicos. Tratou-se de um vasto movimento onde se abrigaram o conservadorismo e o desejo libertário, a inovação formal e a repetição de fórmulas consagradas, o namoro com o poder e a revolta radical: enfim, um conjunto tão díspar de tendências que seria ociosa bobagem inconsequente fingir mascarar através de generalizações concentradas a riqueza e a diversidade que nortearam o movimento romântico. (CITELLI, 1993, p. 9).

Diferentemente do Iluminismo, que prezava a revalorização da racionalidade, distinguindo o homem da natureza e a razão do instinto; o Romantismo buscou cultivar elementos relacionados à emoção e à sensibilidade, tais como a integração do homem com a natureza, o heroísmo e o nacionalismo (RUSSEL, 2001). Em relação a esse último aspecto, é importante ressaltar que os escritores adeptos do romantismo possuíam uma percepção menos conservadora em relação à formação das sociedades, defendendo que nem todas as nações se originaram ou evoluíram da mesma forma (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Logo, essa interpretação se mostrava bastante favorável ao momento de "descobrimto da nacionalidade" que estava ocorrendo no Brasil em meados do século XIX. Nas palavras de Del Priore e Venancio (2012, p. 126), "ao considerar a nacionalidade como algo a ser descoberto, o romantismo em muito contribuía para a superação intelectual da experiência colonial".

Segundo Bosi (2012), é a partir de 1836 que o romantismo é introduzido de fato na cultura oficial do Brasil, visto que, com o lançamento da revista *Niterói*, na França, pelo Grupo de Paris¹⁰, se inicia o projeto de "reforma nacionalista" da literatura brasileira, que será subsidiado, em grande parte, por Dom Pedro II, ao financiar não somente poetas, mas também compositores, dramaturgos e artistas plásticos durante todo o período do Segundo Reinado. Além disso, José de Nicola (2011) também aponta que no mesmo ano ocorreu a publicação da primeira obra romântica produzida por um brasileiro, o livro de poemas

¹⁰ Grupo de jovens estudantes brasileiros radicados em Paris para complementar sua formação acadêmica. Era composto por Domingos José Gonçalves Magalhães, Manuel de Araújo Porto-Alegre, João Manuel Pereira da Silva e Francisco Sales Torres Homem. Contribuíram enormemente para a atividade literária em língua portuguesa e são associados, além da inauguração do movimento romântico no Brasil, à primeira revista internacional destinada ao público do Brasil. Cf TEIXEIRENSE, Pedro Ivo C. A reforma pelas letras: o projeto político da revista *Nitheroy* (1836) na consolidação da Independência brasileira. Em *Tempo de Histórias - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História*. PPG-HIS/UnB, n.9, Brasília, 2005.

românticos *Suspiros poéticos e saudades* de Gonçalves de Magalhães. Portanto, a introdução dos conceitos românticos no país se deu durante o período regencial, por meio da influência explícita do médico e escritor Gonçalves de Magalhães, que após ter contato com as tendências românticas enquanto vivia em Paris, introduziu também o primeiro poema épico permeado por um caráter nacionalista e indianista, qual seja, *A Confederação dos Tamoios* (1856) (NICOLA, 2011).

Entretanto, pode-se notar que, diferentemente do contexto europeu, em que a burguesia em ascensão influenciou diretamente o surgimento do movimento romântico, no Brasil a inserção dessa escola artística se deu de forma mais objetiva e utilitária, uma vez que a necessidade do Estado de criar vínculos de aproximação do povo brasileiro com sua pátria encontrava no romantismo, e não somente na literatura romântica, um caminho eficiente para os fins almejados. Para Sodré (1976), o contexto social do país para a aplicação do romantismo ainda não era propício para a incorporação desse movimento artístico tipicamente burguês, visto que a consolidação dessa classe no Brasil não havia sido concluída. Entretanto, o projeto de inserção dos ideais românticos se deu mesmo com as condições socioestruturais desfavoráveis. Em suas palavras:

Enquanto o romantismo, em suas raízes europeias, representa o pleno triunfo burguês, ou coroamento de suas conquistas, conseguidas através da aliança com as classes populares, aqui [no Brasil] teria de condicionar-se, muito pelo contrário, à aliança existente entre uma fraca burguesia e a classe dos proprietários territoriais (SODRÉ, 1976, p. 201).

Assim, em razão da necessidade dessa aliança para impulsionar a consolidação do Romantismo no Brasil, a cidade do Rio de Janeiro se tornou o palco ideal para propagação dos ideais românticos da literatura brasileira, uma vez que a urbanização da cidade que abrigava a corte havia gerado uma sociedade consumidora composta, principalmente, pela aristocracia rural, profissionais liberais e jovens estudantes. Essa classe social se manifestava como público leitor da época, e buscava entretenimento em romances que não fossem meras traduções de obras europeias, ou que somente reproduzissem um estilo de vida estrangeiro; havia uma demanda de histórias com uma "cor local" e repletas de "espírito nacionalista" (NICOLA, 2011).

Diante da existência desse público leitor, majoritariamente urbano – sendo constituído, principalmente, por estudantes e mulheres da classe média (FARACO; MOURA, 1991), o romance romântico produzido durante a época do Segundo Reinado também tratou de importantes elementos que compunham a vida metropolitana do país. Como bem apontado por Bosi (2012), autores como Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), Manuel Antônio de

Almeida (1831-1861) e José de Alencar (1829-1877) foram responsáveis por retratar em seus romances urbanos assuntos relacionados à vida do povo brasileiro, dando ênfase, principalmente, à cidade do Rio de Janeiro. Assim, ao abordar temáticas classicistas – tratando da burguesia e da classe média baixa – ambientadas no Rio, houve uma maior aproximação do público leitor de todas as partes do Brasil à sede do Império, criando uma ideia de nação relacionada à vida carioca (BOSI, 2012).

Ademais, o avanço do jornalismo, com a divulgação em massa de folhetins, e o início da expressão do teatro nacional tornaram-se grandes impulsionadores do desenvolvimento do movimento romântico no Brasil (NICOLA, 2011). Logo, por meio das exigências da elite letrada, os romances surgidos durante o Segundo Reinado foram permeados pela representação de costumes urbanos e por aspectos da brasilidade, tal como a representação do indígena de forma romântica idealizada, com o intuito de causar no leitor, ao mesmo tempo, uma identificação com sua realidade de vida e com sua constituição étnica enquanto brasileiro (NICOLA, 2011).

Segundo Mattos (1987), foi incumbido ao Romantismo destacar a particularidade da sociedade brasileira através da representação criativa das características culturais, raciais e linguísticas, além também de retratar os costumes e instituições do Brasil de forma distinta das sociedades europeias. O manifesto produzido por Gonçalves de Magalhães em 1836 retrata muito bem a forma como o romantismo brasileiro buscava se distanciar da origem lusitana e exaltar a noção de pátria. Essas questões podem ser melhor evidenciadas através dos seguintes trechos do manifesto publicado, em 1836, na revista Niterói:

Não se pode lisonjear muito o Brasil de dever a Portugal sua primeira educação, tão mesquinha foi ela que bem parece ter sido dada por mãos avaras e pobres. (...) Não, oh! Brasil! no meio do geral merecimento tu não deves ficar imóvel e tranquilo, como o colono sem ambição e sem esperança. O germe da civilização, depositado em teus seio pela Europa, não tem dado ainda todos os frutos que deveria dar, vícios radicais têm tolhido o seu desenvolvimento. Tu afastaste do teu colo a mão estranha que te sufocava, respira livremente, respira e cultiva a ciência, as artes, as letras, as indústrias, e combate tudo o que entevá-las pode (Discurso sobre a história da literatura do Brasil, manifesto publicado na revista Niterói, 1836 apud NICOLA, 2011).

Nota-se, por esse fragmento, a presença da consciência que a classe intelectual possuía sobre a necessidade de se desvincular da antiga metrópole e de desenvolver a cultura própria da nação brasileira. A ideia de Anderson (1991) de que a literatura se configura como principal meio para promover sentimentos nacionalistas e criar a noção de vínculo a uma pátria era aqui resgatada. Por essa razão, os escritores românticos, desempenharam no Brasil o papel de promotores da valorização do passado brasileiro e da afirmação da nacionalidade

do novo país que emergia através da produção literária (FARACO; MOURA, 1991). No mesmo sentido, para Antonio Candido (1965):

Decorre que os escritores, pela primeira vez, conscientes da sua realidade como grupo graças ao papel empregado no processo da Independência e ao reconhecimento da sua liderança no setor espiritual, vão procurar, como tarefa patriótica, definir conscientemente uma literatura mais ajustada às aspirações da jovem pátria, favorecendo entre criador e público, relações vivas e adequadas à nova fase (CANDIDO, 1965, p. 95).

Assim, grande parte da literatura brasileira produzida no século XIX esteve repleta por questões relacionadas à identidade nacional e ao passado histórico, permeado pelas raízes dos povos indígenas (BOSI, 2012; DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Segundo afirma Faraco e Moura (1991), havia no Brasil Imperial uma profunda curiosidade em relação ao passado histórico do país que buscava ser, naquele momento, resgatado através de mitos e lendas, do folclore e da literatura. Nesse sentido, o conteúdo abordado pelos românticos brasileiros tratava, principalmente, do cultivo do nacionalismo, do retorno às origens, da concepção do herói nacional e da exaltação da natureza pátria (NICOLA, 2011; SCHWARCZ, 2001).

Apesar disso, Bosi (2012) pontua que é importante ressaltar que o movimento romântico brasileiro como um todo não foi estritamente nacionalista, posto que a segunda geração do romantismo (1853-1869), representada, principalmente, por Álvares de Azevedo e Junqueira Freire, não abordou a pauta nacionalista em suas produções poéticas. Ademais é válido evidenciar também a existência de um certo nativismo em poesias produzidas ainda no período colonial, o que demonstra que a equivalência entre romantismo e patriotismo não é, necessariamente, uma regra (BOSI, 2012). Mesmo assim, é notório que os escritores da primeira geração do romantismo brasileiro (1836-1852) – representados por Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Teixeira e Sousa, José de Alencar, Araújo Porto-Alegre e Evaristo da Veiga – utilizavam em suas obras, além do forte caráter sentimental, com a frequente abordagem de temas religiosos, alusões claras ao esplendor da natureza do Brasil, e a frequente idealização da figura do indígena, imprimindo em suas produções um sentimentalismo heróico típico do gênero romântico. Essa característica é conhecida na literatura como nacionalismo ufanista em que há um orgulho exacerbado de pertencimento à nação (BOSI, 2012). É justamente por essas características que essa geração do romantismo ficou conhecida como Geração Nacionalista-indianista e se configurou como um dos principais pilares do projeto patriótico durante o período imperial (NICOLA, 2011).

O escritor José de Alencar, no prefácio de *Sonhos D'ouro* (1872), intitulado Benção Paterna, delinea o projeto de literatura nacional construído pelo romantismo durante o

Império principalmente no Segundo Reinado. O seguinte trecho exemplifica muito bem a ideia compartilhada entre os escritores romancistas da época:

A literatura nacional que outra cousa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contacto de outros povos e ao influxo da civilização? (ALENCAR, 1872, p.7).

Posto isto, e considerando os objetivos da literatura nacional, as obras românticas produzidas nesse período foram, então, construídas a partir de inúmeras metáforas mitológicas de cunho patriótico (BOSI, 2012), que abordavam tanto a valorização das características naturais do país, como também a revitalização de um passado histórico do Brasil, principalmente pela figura do indígena como herói nacional brasileiro (NICOLA, 2011; SCHWARCZ, 2001). Para Faraco e Moura (1991, p. 67), "o índio passou a figurar, no Romantismo brasileiro, como legítimo representante de nossa raça". Na visão deles, esse resgate do indígena de forma idealizada se fez por uma necessidade simbólica de eleger um herói que representasse o povo brasileiro em sua essência, afastando a imagem do homem branco colonizador e do negro estrangeiro escravizado (FARACO; MOURA, 1991).

Já para Nicola (2011), o gênero literário romântico se encarregou de civilizar a imagem do indígena através do enobrecimento de sua figura, fazendo com que ele se aproximasse da cultura europeia, e do próprio homem branco, a tal ponto que pudesse se tornar o símbolo da nacionalidade brasileira. Assim, ao se tratar de uma originalidade nacional, relacionadas às raízes exóticas da exuberância natural do Brasil, o indígena se tornou apto a representar o herói numa evidente tentativa de elaborar uma identidade nacional que se distanciasse da elite luso-brasileira, mas também não se aproximasse da imagem do negro cativo, visto que o Brasil se enquadrava como um país independente, porém, fundado em uma base escravocrata (NICOLA, 2011).

Somado a isso, segundo defende Del Priore e Venancio (2012), a idealização do indígena foi necessária para "encobrir" um possível traço de selvageria na índole nacional do brasileiro. Ou seja, para que o povo brasileiro se orgulhasse de assim ser, era preciso retirar os resquícios primitivos que poderiam "sujar" o comportamento civilizado herdado pela veia europeia (DEL PRIORE, VENANCIO, 2012). Logo, a fantasia que se criou em torno da imagem do indígena – como povo heróico e guerreiro – representou uma estratégia para elevar a autoestima nacional. Dessa forma, ao construir a figura do indígena como sendo portador de valores morais do mundo antigo (bravura e nobreza de sentimentos – tais como generosidade e lealdade) seria possível contrabalançar o "prejuízo" do brasileiro de não ser uma "raça pura", mas o resultado de uma miscigenação digna de orgulho (DEL PRIORE,

VENANCIO; 2012). Além disso, conforme aponta Bosi (2012), o nacionalismo conservador surgiu no Brasil no ápice do sistema escravocrata do regime Imperial, sendo esta característica talvez propulsora para o desenvolvimento mítico do romance indianista, em muito influenciado pelos conteúdos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico e da História Geral do Brasil de Varnhagen.

Diante disso, considerando que as obras clássicas de Gonçalves Dias e José de Alencar refletem o pensamento que estava sendo desenvolvido na época, e para melhor compreender os ideais românticos, é válido ressaltar alguns dos principais aspectos contidos na literatura produzida por esses dois autores. Assim, a começar por Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) que foi o pioneiro entre os poetas românticos brasileiros do século XIX, pode-se evidenciar a presença constante dos chamados poemas americanos, em que utilizava-se a abordagem do indígena como herói, porém sem negligenciar as consequências da colonização para a exploração das regiões autóctones da América, demonstrando uma consciência dramática no seu fazer poético (BOSI, 2012). Segundo Nicola (2011), Gonçalves Dias, além de ser considerado um dos mais importantes poetas da primeira geração do romantismo brasileiro, também representa uma síntese do legítimo brasileiro, visto que seu pai era português e sua mãe possuía ascendência negra e indígena. Essas questões podem ter influenciado o autor a tratar a figura do negro e, principalmente, do indígena com uma maior percepção crítica.

Logo, é bastante presente na poesia de Gonçalves Dias um olhar analítico sobre a forma como a colonização se impôs sobre determinados grupos da sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito aos povos indígenas e aos africanos escravizados. Para Bosi (2012), apesar da tentativa frustrada, a partir de 1850, de agregar o tema racial superficialmente e apenas de forma simbólica à identidade nacional, Gonçalves Dias continuou denunciando, em suas produções poéticas, a marginalização e o tratamento cruel com qual os indígenas e os negros escravizados foram tratados ao longo da história brasileira.

Assim, além de trabalhar temas importantes como a religiosidade, sentimentalismo, a natureza pátria e o espírito de brasilidade (NICOLA, 2011), Gonçalves Dias desenvolveu a imagem do indígena por meio de qualidades heróicas típicas de um guerreiro, representadas pela coragem, valentia e virilidade tal como em *I-Juca Pirama* (1851), e pela bravura e sofrimento vivenciados pelos povos indígenas, muito bem exemplificado por *Tabira* (1848) (BOSI, 2012). Essas características típicas do indígena de Gonçalves Dias podem ser demonstradas no seguinte trecho de *I-Juca Pirama*:

Meu canto de morte,/ Guerreiros, ouvi:/ Sou filho das selvas,/ Nas selvas cresci;/ Da tribo tupi./ Da tribo pujante,/ Que agora anda errante/ Por todo inconstante,/ Guerreiros, nasci:/ Sou bravo, sou forte,/ Sou filho do Norte;/ Meu canto de morte,/ Guerreiros, ouvi (DIAS, 1851).

Para Bueno (2010), diferentemente da visão crítica sobre a exterminação dos indígenas presente nas obras de Gonçalves Dias, José de Alencar, em uma perspectiva mais conservadora, celebra a morte do indígena de uma forma heróica e pautada no sacrifício, de forma a engrandecer o passado histórico que deu origem ao povo brasileiro. Assim, o romance indianista passou a se colocar a serviço da construção de uma visão mítica sobre a sociedade brasileira a partir das obras clássicas de José de Alencar. Nessas obras os indígenas são retratados como "bons selvagens", subservientes ao conquistador europeu e detentores de virtudes como força, beleza e bravura (BUENO, 2010).

Nesse sentido, conforme pontua Bosi (2012, p. 245), "tanto o indianismo quanto o regionalismo de Alencar se construíram em um esquema sobredeterminado pela exaltação da nobreza do colonizador que só a devoção do colonizado pode igualar". Isso significa dizer que o enredo das obras de José de Alencar, especialmente *O Guarani* e *Iracema*, são fundamentadas na sobreposição do colonizador ao colonizado, fazendo com que se tenha uma ideia de nação concebida através da visão de que o povo brasileiro surgiu da vitória do homem europeu e branco sobre o indígena (BOSI, 2012). Segundo Nicola (2011), esse viés mais eurocêntrico tomado pela escrita de Alencar propiciou a popularização de suas obras, que caíram no gosto do público justamente por reforçar as estruturas de poder que vigoravam na sociedade brasileira e por denotar "características de civilização" naquele que seria o herói da nação.

Para José de Alencar a literatura brasileira que havia sido produzida até o Segundo Reinado possuía três fases: a aborígene, a colonial e a independente (NICOLA, 2011). A primeira delas, também chamada primitiva, era caracterizada como aquela que contém "as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalaram a infância do povo, e ele escutava como filho a quem a mãe acalenta no berço com as canções da pátria, que abandonou" (ALENCAR, 1872, p. 7).

Já a segunda fase, o autor considera ser a representação do período histórico colonial em que se trata do relacionamento do colonizador com a terra americana, em uma constante relação de troca entre a cultura e civilização do europeu, e os recursos naturais oferecidos pela América. Nas palavras dele (1872, p. 7), essa fase retrata "a gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no Novo Mundo as gloriosas tradições de seu progenitor". Por fim, a última fase inicia-se com a independência e simboliza

a infância da literatura brasileira, ainda em construção naquele momento. Assim, na visão de Alencar, esse período vivenciado pela literatura brasileira estava à espera de "escritores que lhe dêem os últimos traços e formem um verdadeiro gosto nacional, fazendo calar as pretensões hoje tão acesas, de nos recolonizarem pela alma e pelo coração já que não o podem pelo braço" (ALENCAR, 1872, p. 7).

Logo, podemos notar que a produção literária completa de José de Alencar buscava traçar um amplo panorama da história do Brasil, produzindo obras que se enquadravam dentro dessas três classificações por ele elaboradas (NICOLA, 2011). Como marcos de cada uma das fases, tem-se, respectivamente, *O Guarani* (1857), *Iracema* (1865) e *O Tronco do Ipê* (1871). Além disso há também o romance pré-cabralino *Ubirajara* (1874), que é posterior a *O Guarani* e *Iracema* e que com eles completa a tríade dos romances indianistas produzidos por Alencar. Em *Ubirajara*, há a representação do indígena em sua forma mais pura, isto é, antes de se corromper pelo contato com a cultura europeia (FARACO; MOURA, 1991; NICOLA, 2011). Dessa forma, Alencar relata a vida povos indígenas da forma como ela era, evidenciando aspectos como a poligamia, a guerra entre tribos inimigas e as relações de poder e hierarquia dentro da cultura dos povos originários (NICOLA, 2011). Ademais, aborda também a exuberância da natureza e a bravura do indígena como forma de construir um contexto propício para a consumação da imagem do indígena como herói nacional brasileiro.

Os romances indianistas de José de Alencar evidenciam ainda a referida "troca de favores" entre o colonizador e o colonizado, e a boa convivência entre ambos (NICOLA, 2011). Em *O Guarani*, a relação entre o protagonista Peri (o nativo) e a família de Dom Antônio de Mariz (os europeus) exemplifica claramente a permuta de valores idealizada pelo romantismo, uma vez que a parceria e lealdade do indígena goitacá Peri para/com D. Antônio leva o último a conceder a mão de sua filha ao nativo após a conversão dele ao cristianismo. Já o romance histórico *Iracema*, construído em estilo de prosa poética, simboliza a origem da nacionalidade brasileira ao narrar a relação do português Martim com a índia tabajara Iracema, até que se produzisse o fruto: Moacir (que em tupi *mbo'a'su ira*, significa "o filho do sofrimento"), o primeiro brasileiro (FARACO; MOURA, 1991; NICOLA, 2011). Ambas as obras indianistas foram fundamentais para a consolidação da cultura nacional brasileira, sendo consideradas narrativas fundacionais do povo brasileiro.

De acordo com Nicola (2011), todas essas obras indianistas de José de Alencar foram fundamentadas em pesquisas documentais quinhentistas, revelando a preocupação histórica do autor na construção dos seus romances que possuíam ambições nacionalistas de promoção do sentimento patriótico na população brasileira. Assim, a família Mariz, presente em *O*

Guarani, de fato existiu no Brasil e serviu de inspiração para a criação dos personagens europeus da trama. Além disso, a história contada em *Iracema* foi baseada em uma lenda de formação do Ceará, assim como *Ubirajara* foi inspirada na lenda tupi das comunidades que se desenvolveram às margens do Tocantins-Araguaia (NICOLA, 2011).

O Guarani, considerado a mais importante obra literária que influenciou a construção da identidade nacional brasileira durante o Império, mais tarde seria a inspiração para a ópera de Carlos Gomes, *Il Guarany* (1870). Carlos Gomes, que morava na Europa por conta de uma bolsa concedida pelo Imperador brasileiro, teve o primeiro contato com a obra *O Guarani*, de José de Alencar, no ano de 1869, em Milão. O romance serviu de inspiração para a produção do seu *Il Guarany* sinfônico, a versão musical do romance indianista brasileiro que seria estreada em 1870, no Teatro Scala de Milão, de forma extravagante e monumental no formato de uma ópera de quatro atos (BUENO, 2010; NICOLA, 2011). Após a apresentação dessa obra nas principais capitais europeias, *Il Guarany* foi a primeira composição lírica brasileira a receber reconhecimento internacional, sendo responsável por consagrar Carlos Gomes como um dos maiores compositores brasileiros da época (NICOLA, 2011). Com a derrocada do Império Brasileiro, o Marechal Deodoro da Fonseca convidou Carlos Gomes, em 1889, para elaborar a composição do hino nacional da República, porém, monarquista que era, ele recusou o pedido e faleceu no ostracismo seis anos depois (BUENO, 2010).

A data que marcou o fim do romantismo no Brasil foi um pouco antes do golpe republicano, ainda no ano de 1881, quando foram lançados, pela primeira vez, romances de tendência naturalista e realista no país, quais sejam: *O Mulato*, de Aluísio Azevedo e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis (NICOLA, 2011).

3.1.3 OS SÍMBOLOS NACIONAIS

Na visão de Hobsbawm (1997), é bastante comum que no passado de inúmeras sociedades haja um repertório de “tradições inventadas”, realizadas a partir de uma linguagem bastante elaborada, que foram feitas para compor elementos simbólicos de uma nação. Essas, inclusive, muitas vezes são amparadas em mitos, histórias e narrativas, folclore, religião e, até mesmo, princípios e valores morais embutidos na sociedade (HOBSBAWM, 1997; RENOUVIN, DUROSELLE, 2000). Para Renouvin e Duroselle (2000), essas bases doutrinárias ligadas ao imaginário, que são responsáveis por difundir a sensação de pertencimento, estão estreitamente relacionadas às manifestações do nacionalismo que se expressam de distintas formas, desde às emoções individuais até os “extintos” da massa populacional.

Conforme aponta Hobsbawn (1997), na maioria das vezes em que as pessoas de um determinado país tomam consciência de sua nacionalidade, essa ocasião está relacionada à alguma imagem nacional pré-construída, ou seja, é a partir do contato com certos símbolos (como imagens ou músicas) que os indivíduos rememoram suas origens e identificam o seu pertencimento a uma nação. A partir do século XIX, a comunidade nacional passou a incorporar os hinos como elementos de valor simbólico bastante valorosos para o processo de construção das Nações. Assim, as composições musicais de teor nacionalista e patriótico eram incumbidas de promover a afetividade e orgulho na população de um país para, dessa forma, impulsionar a nutrição de sentimentos de comunhão entre o povo e a nação (HOBSBAWN, 1997). Nas palavras de Hobsbawn (1997):

(...) a bandeira nacional, o hino nacional e as armas nacionais são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania. Por isso, eles fazem jus a um respeito e a uma lealdade imediata. Em si já revelam todo o passado, pensamento e toda a cultura de uma nação (HOBSBAWN, 1997, p. 19).

No Brasil Imperial, a maior necessidade girava em torno de promover a união, o patriotismo e a confraternização entre todos os brasileiros (BARBATO, 2011). Logo, o objetivo maior da existência do hino seria concentrar tanto uma carga simbólica, quanto emocional capaz de criar vínculos de associação a todos aqueles que se identificassem como pertencentes da nação (HOBSBAWN, 1997). Assim, é válido analisar como se deu a construção deste importante símbolo nacional e evidenciar os pontos mais relevantes que contribuíram, de alguma forma, para a propagação do nacionalismo brasileiro na época do Império brasileiro.

A princípio, a composição melódica do primeiro Hino Nacional Brasileiro foi realizada pelo ilustre compositor Francisco Manuel da Silva (1795-1865) na ocasião da abdicação de Dom Pedro I, isto é, dia 7 de abril de 1831. Conforme noticiado pelo Jornal do Comércio, a primeira execução do Hino se deu na noite de 14 de abril de 1831, no Teatro São Pedro de Alcântara, enquanto a segunda execução ocorreu no dia 3 de maio do mesmo ano com a celebração da abertura das Câmaras Legislativas (PEREIRA, 1995).

A partir de abril de 1832, anunciou-se, também através do Jornal do Comércio, a venda da partitura do hino nas versões para canto e piano (ANDRADE, 1967). Em 1833 a letra do hino, escrita pelo liberal Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva em 1831, foi publicada no jornal Sete de Abril, passando a ser conhecida nessa época como *Hino ao 7 de Abril* (PEREIRA, 1995), principalmente por conta do teor de seu título (FLEIUSS, 1917), que encontrava-se escrito nos seguintes termos: "Ao Grande e Heroico Dia 7 de Abril de 1831: Hymno offerecido aos brasileiros por hum seu patricio nato" (SILVA, 1831).

Em uma análise da letra do hino realizada por Simões Pereira (1995), identifica-se a presença de quatro elementos que compõem o caráter nacionalista e liberal embutido na canção: o antilusitanismo, a defesa da monarquia constitucional, a soberania popular e a ideia de império (composta pela unidade nacional e o projeto expansionista do Brasil sobre o Prata). No trecho seguinte, que consiste na apresentação da primeira estrofe, do estribilho e da sétima estrofe do hino, podem ser observadas tanto a hostilidade e aversão ao colonizador, quanto a exaltação do Império e de seus interesses nacionais no plano interno e externo:

Os bronzes da tirannia
 Já no Brasil não rouqueijão:
 Os monstros, que o escravizavão
 Já entre nós não vicejão
 Da Pátria o grito
 Eis se desata:
 Desde o Amazonas,
 Athé ao Prata.
 (...)
 Homens barbaros, gerados
 De sangue Judaico, e Mouro,
 Desenganai-vos: a Pátria
 Já não he vosso thesouro (SILVA, 1831).

Já a fidelidade à monarquia e a defesa da soberania popular – que se dava naquele momento pelo voto censitário (PEREIRA, 1995), demonstraram-se valores fortemente vinculados à ideia de nação e povo e estão evidenciados no hino a partir da décima e décima segunda estrofes, em que se diz:

Huma Pudente Regencia,
 Hum Monarcha Brasileiro,
 Nos promettem venturoso
 O Porvir mais lizongeiro.
 Da Pátria o grito &c.
 (...)
 Novas Gerações sustentem
 No Povo a Soberania;
 Seja isto a divisa dellas,
 Como o foi d'Abril ao Dia.
 Da Pátria o grito &c (SILVA, 1831).

De acordo com Pereira (1995), o trecho “Da Pátria ao grito” faz uma alusão a uma parte do Manifesto de 1º de agosto de 1822 assinado por D. Pedro I em que se diz: “Não se ouça entre nós outro grito que não seja - União do Amazonas ao Prata e, não retumbe outro eco que não seja - Independência” (Coleção de Leis do Império do Brasil - 01/08/1822, p. 125, v. 1 apud PEREIRA, 1995, p. 24), demonstrando claramente as intenções de garantir a manutenção da unidade nacional do novo país que acabava de nascer. Além disso, o bordão “do Amazonas ao Prata” faz referência às ambições da geografia Imperial que, desde os

tempos da transferência da coroa portuguesa em 1808, almejava dispor das duas bacias hidrográficas sob seu controle (PEREIRA, 1995).

Passados dez anos, em 1841, na ocasião da coroação do Imperador Pedro II, o maestro Francisco Manuel da Silva compôs, especialmente, um novo hino para ser tocado na solenidade. Essa canção ficaria conhecida como o *Hino à Coroação* e ganharia, posteriormente, uma letra de autoria desconhecida (PEREIRA, 1995). Segundo Andrade (1967), era bastante frequente que novas letras de músicas fossem utilizados juntamente com uma melodia já consagrada pelo público; logo, isso fez com que a letra do *Hino à Coroação* fosse, muitas vezes, cantada juntamente com a melodia do *Hino ao 7 de Abril*.

Dessa forma, a versão mesclada do Hino foi amplamente utilizada durante o Segundo Reinado e era executada em todos os aniversários do juramento da Constituição Política do Império, no dia 25 de março, e do nascimento do próprio imperador Pedro II, no dia 2 de dezembro (ANDRADE, 1967). O conteúdo da nova letra transparecia a lisonja pelo novo Imperador e a exaltação de suas virtudes apesar de sua pouca idade. Assim, o objetivo do hino era aproximar do povo brasileiro a figura daquele que seria o novo representante da monarquia brasileira e que, devido ao regresso conservador e à articulação do Golpe da Maioridade, necessitava concentrar em sua imagem o controle da nação (MATTOS, 1987).

A transformação da monarquia como um símbolo fundamental é evidente ao se considerar os propósitos de fundação de uma pátria vinculada a aspectos culturais e políticos. A necessidade de evitar um possível desmembramento territorial, fez com que a imagem do Imperador se tornasse simbólica através de momentos ritualísticos (SCHWARCZ, 2001), a exemplo das celebrações que entoavam o hino clamando o seu nome. Assim, a nova letra dedicada ao imperador brasileiro mantinha o estribilho da versão anterior para demonstrar a continuidade do projeto nacional de integração territorial e de projeção do país sobre a região do Prata (PEREIRA, 1995). O seguinte trecho do hino evidencia essas questões:

Quando vens, faustoso dia,
Entre nós raiar feliz,
Vemos em Pedro Segundo
A ventura do Brasil.

Da Pátria o grito
E se desata
Desde o Amazonas
Até o Prata.

Negar de Pedro as virtudes.
Seu talento escurecer.
É negar como é sublime
Da bela aurora o romper (Autor anônimo, 1841 apud PEREIRA, 1995, p. 26).

Para Pereira (1995), o sucesso da versão mesclada dos dois hinos fez com que fosse considerado o Hino Nacional Brasileiro durante o período do Segundo Reinado, uma vez que a letra produzida por Ovídio Saraiva para o *Hino ao 7 de Abril* havia caído no esquecimento. Uma explicação possível para o "esquecimento" da letra original do hino pode ser atribuída ao fato de que esta era bastante hostil em relação às origens portuguesas, o que, de certa forma, poderia desagradar o Imperador Pedro II, uma vez que sugeria que ele descendia de "monstros bárbaros" (PEREIRA, 1995). Além disso, o momento do regresso conservador foi tão frutífero que fez ressurgir o velho e antigo *Hino da Independência* escrito por Evaristo da Veiga e, conjuntamente, o resgate da imagem de Pedro I (PEREIRA, 1995) que, inclusive, recebeu, em 1862, uma homenagem com aquela que seria a primeira escultura pública do Brasil – a estátua equestre de D. Pedro I¹¹ (WANDERLEY, 2017).

Além de sua função política, Dom Pedro I também se dedicava à composição musical, sendo de autoria dele a melodia do próprio *Hino à Independência do Brasil* (1822), além de outros três hinos patrióticos: o *Hino à D. João* (1817), o *Hino Constitucional* ou *Hino da Carta* (1821) e o *Hino Novo Constitucional* (1832) (PACHECO, 2013). A letra do *Hino à Independência do Brasil* foi composta em 16 de agosto de 1822, pelo poeta e político brasileiro Evaristo Ferreira da Veiga (1799-1837), e publicada, originalmente, com o título de *Hino Constitucional Brasiliense* (PACHECO, 2013). O teor da canção remete à liberdade conquistada pela emancipação política de Portugal e ao fomento pelo sentimento de patriotismo que, na realidade concreta do acontecimento, ainda não existia entre os habitantes do Brasil. Apesar do hino completo possuir dez estrofes, a primeira e o refrão são suficientes para exemplificar essas questões:

Já podeis filhos da pátria
Ver contente a mãe gentil
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brazil.

Brava gente brasileira
Longe vá temor servil
Ou ficar a pátria livre
Ou morrer pelo Brazil (VEIGA, 1822 apud PACHECO, 2013).

O manuscrito original do *Hino à Independência* foi doado em 1861, por Francisco Manuel da Silva, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (PACHECO, 2013). Entretanto, conforme aponta Andrade (1967), existe uma especulação sobre a existência de outra melodia, composta pelo maestro Marcos Portugal, que teria a mesma letra e o mesmo

¹¹ A estátua foi inaugurada em 30 de março de 1862, na Praça da Constituição, no centro do Rio de Janeiro, atualmente Praça do Tiradentes.

título do hino composto pelo primeiro imperador, nos fazendo questionar qual teria sido o hino mais antigo a ser produzido. Apesar disso, há comprovações que o hino de Marcos Portugal foi o primeiro a ser cantado no Rio de Janeiro, além também de ser amplamente associados às celebrações da Independência; ao passo que o hino composto por Dom Pedro I era considerado como o legítimo "Hino Nacional" brasileiro até 1831 quando, efetivamente, foi composto o Hino Nacional Brasileiro do período imperial, isto é, o *Hino ao 7 de Abril* (ANDRADE, 1967). Atualmente, o hino composto por Dom Pedro I é considerado oficialmente como o Hino da Independência do Brasil (PACHECO, 2013).

Segundo Westin (2017), a melodia do Hino Nacional do Império (a mesma do *Hino ao 7 de Abril*), também conhecida como *Marcha triunfal*, se mostrava tão heróica e imponente que nunca caiu em desuso e continuou a ser utilizada mesmo após a queda do Império. Isso porque, apesar do empenho dos republicanos para eliminar todo e qualquer tipo de símbolo que remetesse à monarquia, a tentativa de trocar o hino nacional enfrentou muita resistência, tanto por intelectuais positivistas e por parte do exército, quanto pelos críticos musicais da época. O argumento utilizado por eles consistia na importância da tradição para a constituição da nação e no fato de a composição melódica ser idealmente harmônica e correspondente com a grandeza da pátria brasileira. Assim, a melodia se manteve mesmo após a mudança de regime, porém, o Hino Nacional brasileiro, por muito tempo, se apresentou durante a república apenas como uma melodia instrumental, sem a presença de uma letra (WESTIN, 2017).

Além da relevância do hino como um símbolo nacional, há também um outro ponto bastante simbólico dentro do âmbito da construção da identidade nacional, o mito fundacional. Para Cavenaghi (2015), a construção da memória histórica em torno de um mito, no Brasil Imperial, não necessitou ser meticulosamente planejada por diretrizes políticas, ela simplesmente emergiu da preservação e da dispersão de um pensamento coletivo concentrado em um marco histórico, neste caso o 7 de Setembro, que por ter sido popularizado, principalmente, devido ao apoio das elites do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (PRIORE; VENANCIO, 2012) e, posteriormente, representado da forma como o foi na obra *Independência ou Morte!* (1888), levou a se tornar um alicerce para o desenvolvimento da ideia de pertencimento nacional.

Na percepção de Angelo Agostini (1867) a simbolização do 7 de Setembro, representada pelo Grito do Ipiranga, significou um marco indicativo de um momento memorável para as futuras gerações nacionais, revelando que chegou ao fim o sistema colonial e que a emancipação havia sido garantida (AGOSTINI, 1867 apud CAVENAGHI,

2015). A célebre representação iconográfica do momento da Proclamação da Independência brasileira, realizada por Pedro Américo de Figueiredo e Melo, em 1888, e intitulada *Independência ou Morte!*, simbolizou muito mais do que somente uma pintura; na verdade, esta obra iria se tornar uma inspiração para a criação do mito do Grito do Ipiranga, nome que também seria utilizado para referenciar à própria obra de Américo. Segundo Giordani (2016), por estar inserido na Academia Imperial de Belas Artes, Pedro Américo participou da iniciativa deliberada do Império, concentrada, mais especificamente no Segundo Reinado, de construir uma identidade nacional para o Brasil objetivando, especialmente, conter desdobramentos separatistas no território do país.

Conforme consta em Schlichta (2006), o feito da Independência brasileira só viria a se tornar uma data comemorativa a partir de 1870, com a oficialização do 7 de Setembro como feriado nacional. Nota-se, assim, como até esse período, tratava-se com indiferença o momento simbólico da emancipação brasileira, fazendo com que um importante marco da formação histórica do país caísse no esquecimento da população. Foi somente através dos esforços do Segundo Reinado que o ato da Proclamação da Independência do Brasil começou a ser revitalizado, orientando a consolidação da figura de D. Pedro I como herói nacional (GIORDANI, 2016). Tal empenho foi impulsionado pelo receio de que as revoltas de cunho separatista voltassem a se repetir durante a administração de D. Pedro II. Assim, foi com o intuito maior de dirimir os conflitos ainda presentes no âmbito da sociedade brasileira que se iniciou o processo de confecção da nacionalidade brasileira e a criação da percepção de brasilidade, principalmente por meio da exaltação de características tropicais do país, da concepção de símbolos e da criação de heróis brasileiros (BARBATO, 2011; GIORDANI, 2016).

Conforme aponta Nicola (2011, p. 253), em meio ao contexto de "crescimento da economia cafeeira, o sentimento nacionalista potencializado pela guerra do Paraguai e o incentivo de Dom Pedro II, fazendo papel de mecenas" houve a intensificação, durante o Segundo Reinado, do desenvolvimento da escola de pintores românticos adeptos ao estilo francês, representada principalmente por Vítor Meireles e Pedro Américo. Entre 1850 a 1880, por iniciativa de Dom Pedro II, foram concedidas bolsas de estudo para França e Itália aos principais pintores brasileiros com a condição de que as obras produzidas seguissem o estilo da pintura neoclássica e com certas características românticas europeizantes. Assim, Pedro Américo e Vítor Meireles foram os responsáveis por definir a estética visual da nação ao produzirem pinturas históricas e sacras de uma forma clássica e repleta de idealizações (BUENO, 2010).

O artista selecionado para realizar a elaboração artística visual do momento da Independência foi Pedro Américo, um talento descoberto pelo viajante francês naturalista Louis'Jacques Brunet, que possuía formação no Colégio Pedro II, na Academia Imperial de Belas Artes e na Escola Nacional Superior de Belas Artes de Paris – inclusive com uma bolsa oferecida pelo Imperador Pedro II (ALMEIDA, 2017). Segundo Albergaria (2022), a encomenda do quadro foi realizada pelo governo paulista, em 1885, a fim de ornamentar o edifício do Monumento do Ipiranga que estava sendo erguido para valorizar o local de fundação nacional e a memória do fundador do Império. Mesmo com claros sinais de que o Império estaria chegando ao fim, Américo buscou representar D. Pedro I da forma mais heróica possível tendo em vista o contexto em que a independência foi proclamada (GIORDANI, 2016).

Conforme aponta Ortiz (1986, p. 38), o fato de que os mitos “tendem a se apresentar como eternos, imutáveis, o que de uma certa forma se adequa ao tipo de sociedade em que são produzidos”, fez com que o brado de independência proclamado pelo então Príncipe Regente do Brasil às margens do rio Ipiranga se propagasse como um marco fundacional do Brasil, sustentando o objetivo das elites dirigentes no poder de difundir a formação identitária do país através da exaltação desse momento (CAVENAGHI, 2015). Porém, há de se considerar as reais circunstâncias desse acontecimento, que foram esquecidas pela memória em nome de uma reinterpretação mais simbólica e de maior prestígio. Apesar dos relatos precisos que se tem, principalmente contidos em História da Independência do Brasil, publicada por Francisco Adolfo de Varnhagen no Tomo LXXIX, v. 133 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é verdade que a história repassada para a sociedade brasileira deveria ser mais romantizada e passível de causar comoção nacional.

Em trechos da narrativa, se constata pelo depoimento do Barão de Pindamonhangaba, que lá estava presente, que o exato instante do Grito do Ipiranga: “Foi ‘pouco mais ou menos às 4 e meia horas da tarde’, (...) que Dom Pedro assim proclamou a Independência” (VARNHAGEN, 1981, v.3, p.138, nota 24 apud REVISTA IHGB Tomo LXXIX, v. 133, 1917), durante o caminho da viagem entre a baixada de Santos e a capital da capitania de São Paulo, em uma colina a 405 metros do riacho do Ipiranga, em circunstâncias não muito agradáveis para o futuro Imperador do Brasil, haja visto certas especulações sobre o motivo da pausa no percurso da viagem (BUENO, 2010; CINTRA, 2021; FIORAVANTI, 2022). Além disso, aponta-se também que havia a impossibilidade do trecho ser realizada por cavalos, devido ao pouco caminho de terra do trajeto ser demasiado íngreme, fazendo com

que os 36 acompanhantes do príncipe regente e ele próprio se valessem do uso de pequenas embarcações fluviais em certos trechos, e de mulas em outros (FIORAVANTI, 2022).

Apesar de ter sido bastante popularizada e se consolidado como “a imagem mais conhecida e reproduzida a respeito da Independência brasileira através dos anos” (GIORDANI, 2016, p. 5), se firmando como um símbolo nacional; não pode-se deixar de evidenciar que a concepção da obra *Independência ou Morte!* transmite muito mais uma necessidade imperial de forjar a idealização do nascimento do Brasil como um acontecimento heróico e solene, do que uma fiel representação dos fatos e acontecimentos que marcaram o exato momento em que foi proclamada a independência do país (ALMEIDA, 2017). Logo, todos os aspectos e elementos da pintura foram meticulosamente pensados e elaborados com o grande intuito de fazer do brado do Ipiranga um momento idealizado capaz de potencializar o surgimento da identidade da nação.

Na composição *Independência ou Morte!* (Figura 1), nota-se a presença do estilo grandiloquente de exacerbação do nacionalismo para representar o momento histórico da Proclamação da Independência, evidenciando uma clara inspiração na obra *A liberdade guiando o povo* (1831), de Delacroix, que além de representar quase a mesma dinâmica de postura e gestos, também contém traços marcantes do caráter épico, sugerindo, romanticamente, um teor revolucionário ao momento representado (NICOLA, 2011). Ademais, há bastante semelhança da pintura com a obra *1807, Friedland* (1875), de Jean-Louis-Ernest Meissonier, haja visto a similitude da disposição dos personagens no cenário representado (ALBERGARIA, 2022).

Outrossim, Pedro Américo, em sua obra, imprimiu duas características fundamentais para inflar o ego brasileiro de orgulho pela independência: a coragem e o poder (GIORDANI, 2016). Tais características podem ser evidenciadas a partir da observação da forma como Pedro I se posiciona frente ao seu exército, inspirando bravura e liderança. Esse é um evidente diferencial entre *Independência ou Morte!*, de Américo, e a representação do 7 de setembro feita por François-René Moreaux em sua obra *A proclamação da Independência* (1844), uma vez que essa última faz um apelo para a participação popular ao momento, enquanto a outra possui um teor mais militarizado (ALBERGARIA, 2022; GIORDANI, 2016).

FIGURA 1 - Obra estudo para *Independência ou Morte!*, óleo sobre tela (1886)



Fonte: GOV.BR. Coordenação-Geral de Patrimônio Histórico (CGPH), 2022.

Por esse diferencial e por ter agradado ao gosto tanto de D. Pedro II, como também dos críticos de arte daquela época, a pintura de Pedro Américo foi escolhida para ser difundida e provocar no imaginário popular um sentimento de glória no passado e de orgulho pela nação (ALMEIDA, 2017; GIORDANI, 2016). Encomendada por Dom Pedro II e pintada 66 anos após o "grito do Ipiranga" em Florença, na Itália; o quadro, óleo sobre tela, possui 4,15m de altura por 7,60m de largura e hoje encontra-se exposto no Salão Nobre do Museu Paulista (MCSP, 2023).

Diante dessa discussão a respeito da importância dos símbolos para a concepção do nacionalismo, observa-se que a identidade nacional não se define pela completa veracidade dos componentes que a constituem, mas pela “eficiência de uma comunidade imaginária que se percebe como singular” (SOUZA, 2017, p. 22). Logo, a arte, seja nos livros, nas canções ou nas telas, se tornou um autêntico mecanismo unificador e descritivo que, através da imaginação, auxiliou na invenção da nacionalidade brasileira (SCHWARCZ, 2001), muito embora não tenha sido apenas o desenvolvimento dos elementos produzidos artisticamente que tenham se firmado como autênticos aspectos identitários da nação brasileira, uma vez que os valores e princípios da sociedade brasileira daquele contexto influenciaram significativamente a construção da identidade nacional do Brasil durante o Império.

4 A IDENTIDADE CONSTRUÍDA: VALORES E PRINCÍPIOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

É válido considerar que a própria identidade em si não é um dado concreto, posto que está em constante construção (SCHWARCZ, 2001). Mesmo assim, é perceptível como o contexto histórico do Brasil Império influenciou o processo dessa construção de tal modo que certas características foram enraizadas na sociedade brasileira. O próprio fato da persistência de grandes diferenças culturais entre as distintas regiões do Brasil, não só durante o Império mas ao longo de todo o percurso histórico, demonstra como o momento de "criação da nação" é importante para se compreender importantes questões socioculturais do país.

Como já visto, o contexto político e econômico do Segundo Reinado, marcado pela conciliação da alternância de poder entre liberais e conservadores, além da bonança produzida pelo café, foi bastante favorável para a explosão cultural que se seguiu com o apoio de Dom Pedro II (BUENO, 2010). Entretanto, o movimento cultural que floresceu à sombra do monarca brasileiro, além de se configurar como um projeto político de confecção da nação idealizada pelo Estado, levava em consideração também a manutenção da estrutura social excludente vigente durante o Império brasileiro, se tornando, evidentemente, um projeto elitista.

Desse modo, a nação brasileira se construiu pautada em critérios que aludem à conformação social a qual o Brasil foi submetido pelas condições históricas herdadas do período colonial (SCHWARCZ, 2001). Assim, há de se considerar, conforme Schwarcz (2001), que a nação pensada pelo Estado foi construída levando em conta o pensamento da elite escravocrata sobre como deveria se dar a nacionalidade brasileira. Logo, a real conformação identitária nacional que emergiu a partir do Império se formou fundamentada no legado da estrutura agrária e escravocrata da sociedade brasileira (SCHWARCZ, 2001).

Segundo Martins e Silva (2021, p. 147), a sociedade brasileira foi fundada por uma base elitista e escravista, que buscava estabelecer "um país de privilégios para poucos e violência e exploração para os demais". Isso demonstra como se tornava inviável, dentro desta realidade, uma representação mais inclusiva na identidade nacional brasileira, visto que no Brasil imperial nutria-se uma sociedade repleta de desigualdades e preconceitos. Prova disso, é o fato de que o Brasil foi a última nação moderna a abolir a escravidão, sendo oficializada a ilegalidade do trabalho escravo apenas em 1888, um ano antes do fim do Império (MARTINS; SILVA; 2021).

Para Mattos (1987), as tendências liberais que prevaleciam à época da Maioridade somadas às tendências centralizadoras que guiaram a administração de D. Pedro II produziram dois eixos de atuação na sociedade: a consolidação do Estado Imperial através da construção da percepção sobre nação e o estabelecimento efetivo da classe senhorial. Porém, uma preocupação constante presente para as elites dirigentes do Estado imperial, inclusive manifestada por José Bonifácio – um dos fundadores do Império – se concentrava no fato da heterogeneidade populacional, representada por brancos, pretos, indígenas, mulatos, entre outros, se tornar um empecilho para a criação de um todo unido que pudesse ser considerado povo brasileiro dentro do contexto de escravidão da época (MATTOS, 1987).

Apesar da ausência de qualquer tipo de orgulho racial no âmago dos colonizadores portugueses, o que, inclusive, proporcionou a mestiçagem no território da América portuguesa; no âmbito ideacional de construção da pátria brasileira durante o Segundo Reinado, houve uma preocupação em relação ao peso que a questão étnica teria dentro da concepção de nacionalidade (HOLANDA, 1995). Para além disso, Caio Prado Jr. (1961), argumenta também que desde os primórdios da colonização, os europeus rejeitaram toda e qualquer expressão cultural proveniente do negro ou do indígena para compor, mesmo que positivamente, a cultura brasileira; o que continuou se perpetuando durante o período imperial. Inclusive, a utilização do indígena como personagem heróico do imaginário popular brasileiro se deu sem se considerar o seu repertório moral e cultural sendo utilizado pelo romantismo apenas de forma simbólica para propagar valores europeus (SCHWARCZ, 2001).

Logo, considerando que a estrutura da sociedade colonial influenciou diretamente as principais características da nação brasileira elaboradas durante todo o período imperial, segundo Holanda (1995, p. 73), o que instaurou-se no Brasil foi "uma civilização de raízes rurais", situação que não se alterou significativamente até a abolição da escravidão. Conforme pontua Holanda (1995):

Na monarquia ainda eram os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, que monopolizavam a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os Ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio (HOLANDA, 1995, p. 73).

O objetivo desse estamento social girava em torno da manutenção de seu poder e prestígio, fundamentados sobretudo, na aquisição de terras e na exploração do trabalho escravo, ambas atividades que concretizavam a situação tradicional de concentração de riqueza e poder (HOLANDA, 1995). Assim, o papel destinado à coroa era, fundamentalmente, o de promover a preservação da aristocracia rural em sua posição de

privilégio, o que, portanto, significava a manutenção da estrutura social excludente vigente durante esse período, isto é, a escravidão (MATTOS, 1987).

Nas palavras de Jessé Souza (2017, p. 13), a escravidão configura-se como "nossa semente societária", e constituía a principal característica da sociedade brasileira do início do século XIX, posto que influenciava a vida social de todas as formas (PRADO JR., 1961). À "nossa velha herança rural e colonial, ou seja, da riqueza que se funda no emprego do braço escravo e na exploração extensiva e perdulária das terras de lavoura" (HOLANDA, 1995, p. 74), não era interessante que houvesse uma representatividade do negro dentro do sentimento patriótico do povo. Por essa razão, a marginalização dessa parcela da população na concepção de identidade nacional foi realizada propositalmente devido às condições estruturais de um país baseado no sistema agrário-exportador e escravocrata.

A visão pautada na desmoralização e desumanização das populações afrodescendentes foi difundida pelos propósitos de exploração da terra e de prosperidade econômica que se pautavam na utilização da mão de obra escrava como força de trabalho produtiva. Assim, inserir culturalmente aspectos relacionados aos negros escravizados na identidade nacional construída durante o Império seria contraproducente (SCHWARCZ, 2001; PRADO JR., 1961). Além disso, Prado Jr. (1961) expressa a anulação da participação das características culturais das populações escravizadas na formação identitária do Brasil, da seguinte forma:

A contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira, é além daquela energia motriz quase nula. Não que deixasse de concorrer, e muito, para a nossa "cultura", no sentido amplo em que a antropologia emprega a expressão; mas é antes uma contribuição passiva, resultante do simples fato da presença dele e da considerável difusão do seu sangue, que uma intervenção ativa e construtora (PRADO JR., 1961, p. 270).

Entretanto, é válido pontuar, que é ao referir-se à tal passividade, o autor pontua que esta se deu por conta da imposição do branco à situação de dominador fazendo com que suas características culturais viessem a ser difundidas predominantemente, em detrimento das demais etnias (PRADO JR., 1961). No mesmo sentido, Doyle e Pamplona (2008), argumentam que nas nações que nasceram na América, as características culturais predominantes foram aquelas herdadas pelos seus antigos colonizadores, fazendo com que os costumes, a língua e as leis fossem mais fortemente influenciados pelas raízes europeias.

A prova disso foi a iniciativa do Estado – composto, majoritariamente, pela nobreza de ascendência europeia – de patrocinar a criação da identidade cultural do país amparado em diversas instituições e mecanismos de difusão sistemática das noções elaboradas sobre a nacionalidade conforme seus princípios. Historiadores, literatos, pintores e artistas de todas as

áreas articularam uma "monumentalização" do Brasil, amparada na remontagem de um passado histórico irreal, sustentado pela ótica ficcional do Romantismo (BUENO, 2011). Para além de um projeto estético, o romantismo configurou-se como um elemento cultural e político estreitamente vinculado à monarquia e à sua proposta patriótica que atendia aos anseios da aristocracia rural (SCHWARCZ, 2001).

Para Schwarcz (2001, p. 67), "a história estava a serviço de uma literatura mítica que junto com ela selecionava origens para a nova nação". Coube ao IHGB, juntamente com a Academia Imperial de Belas, "inventar um passado, recuperar o presente e associar uma certa aparência a uma essência" (SCHWARCZ, 2001, p. 63). Aparência que em nada condizia com a realidade daquele período, posto que ao mesmo tempo em que a representação do indígena como herói nacional não refletia a sociedade brasileira imperial – uma vez que sua exaltação romântica se deu após anos de etnocídio e extermínio em massa de distintas populações tribais (BUENO, 2010); a tentativa de apagamento e silenciamento da existência da população afrodescendente em condição de escravidão não correspondia com o dia a dia do povo brasileiro. Conforme aponta Schwarcz (2001), havia, no ano de 1849, cerca de 79 mil negros escravizados, o que correspondia a quase 40% da população brasileira. Diante disso, é curioso imaginar como a imagem de povo propagada oficialmente pelo Império se contrastava com a realidade negra do cotidiano.

Conforme Sales Jr. (2006), o silêncio configura-se como uma forma discursiva que camufla o racismo sistemático e explícito, o que acaba por disfarçar a intenção de discriminar. Isso é evidenciado com a omissão dos negros como personagens das narrativas fundacionais brasileiras que estavam sendo construídas durante o período imperial, o que contribuiu para o apagamento dessa parcela da população nos traços de identidade nacional formados durante esse processo. Ao retirar a escravidão como um fato concreto da consciência nacional, criou-se um tipo de fantasia que buscava o apagamento da realidade social do Brasil em nome da manutenção dos variados privilégios escravistas usufruídos pelas classes dominantes (SOUZA, 2017). Ao mesmo tempo, se construía uma narrativa idealizada sobre um país que descendia de uma sociedade civilizada somada a elementos tropicais que produziam uma originalidade positiva para a nação (ORTIZ, 1986; SOUZA, 2017).

Assim, diante desse contexto, é válido considerar que a hierarquia social vigente durante o período imperial, isto é, a manutenção do poder econômico nas mãos das oligarquias brasileiras em detrimento da condição de subserviência da população escravizada, teve uma contribuição significativa no enraizamento de certas características identitárias no

Brasil (SCHWARCZ, 2019), tais como o patrimonialismo, o patriarcalismo, à baixa participação política e o racismo estrutural.

4.1 A REALIDADE NACIONAL: PRINCIPAIS ASPECTOS IDENTITÁRIOS DA NAÇÃO BRASILEIRA

Segundo Holanda (1995), durante o Império, e mesmo após o seu fim, tanto a administração do país, quanto a mentalidade do povo brasileiro, se desenvolveram vinculadas ao sistema senhorial, que foi introduzido em terras brasileiras ainda no regime colonial. Com isso, a sociedade brasileira foi fundamentada em dois importantes princípios que concediam poder aos grupos privilegiados, isto é, o patrimonialismo e o patriarcalismo (COUTO, 2016). Tais aspectos foram ainda mais aprofundados com a consolidação da monarquia após a independência, se tornando umas das principais características identitárias do Brasil como nação (SCHWARCZ, 2001).

Na concepção de Faoro (2001), o estado patrimonial brasileiro estabeleceu-se mais profundamente a partir da migração da corte portuguesa para as terras brasileiras e não se desfez após a emancipação política do Brasil de sua metrópole, tornando essa característica enraizada na estrutura política do país. Segundo Weber (1999), era bastante comum que as monarquias europeias, fundamentadas em bases medievais, fossem sociedades patrimonialistas, haja visto que a prática de oferecer privilégios aos mais próximos à coroa era recorrente. Esse pensamento pode ser evidenciado na seguinte passagem:

Com a crescente continuidade e racionalização do poder político senhorial, porém, isso ocorre de modo cada vez mais abrangente e mais semelhante à das obrigações patrimoniais, de modo que na Idade Média é muitas vezes difícil distinguir entre obrigações originadas no poder político ou no poder patrimonial. (WEBER, 1999, p. 241)

Assim, considerando que a monarquia portuguesa provém de um passado medieval e absolutista, entende-se o porquê da característica patrimonial ter sido incorporada na sociedade brasileira, uma vez que, por muito tempo, essa esteve sob o domínio de Portugal (MARTINS; SILVA, 2021). Logo, o fato da sociedade portuguesa ter surgido de uma base patrimonial fez com que essa característica fosse transmitida à estrutura social brasileira, que passou a organizar as relações entre cidadão e poder de forma a criar uma estratificação social definida por privilégios hereditários (FAORO, 2001).

Conforme Faoro (2001) argumenta, ainda no período colonial, o estamento foi figurado, a princípio, pelos colonos portugueses (proprietários de terras) que originaram, em seguida, o estamento representado pela administração imperial e pela elite latifundiária. De

acordo com Weber (1991), a dominação tradicional – em que o poder de um senhor se sobrepõe aos outros cidadãos – originou uma forma de organização social caracterizada pela hierarquia, que se fundou como base estrutural de certas nações. Assim as bases da monarquia brasileira se estabeleceram a partir da dominação tradicional, em uma estrutura que delegava a administração pública do Estado à população hierarquicamente organizada pela força da tradição (COUTO, 2016; WEBER, 1991). Essa estrutura estamental fez emergir o Estado patrimonial brasileiro, que foi ainda mais intensificado durante o período imperial. Nas palavras de Faoro (2001):

O domínio do soberano, legitimado no Poder Moderador, a centralização articulada, na corte, pela vitaliciedade, o voto manipulado não criaram, como entidades feitas de vento, o sistema político. Este assenta sobre a tradição, teimosa na sua permanência de quatro séculos, triturando, nos dentes da engrenagem, velhas ideias importadas (...). Sobre as classes que se armam e se digladiam, debaixo do jogo político, vela uma camada político-social, o conhecido e tenaz estamento, burocrático nas suas expansões e nos seus longos dedos. Nação, povo, agricultura e comércio obedecem a uma tutela, senhora e detentora da soberania (FAORO, 2001, p. 444 - 445).

O estamento responsável pela estrutura de poder pode ser composto por variáveis atores, tais como: o próprio Estado, grupos políticos, econômicos e, até mesmo, instituições privadas. Esses são legitimados através de leis, privilégios jurídicos e, no caso do Brasil, principalmente por tradições (FAORO, 2001). Apesar de Faoro não explicitar quem compunha o estamento brasileiro, o seu entendimento sobre a estratificação social evidencia que não importa quem constitui o grupo dominante que se apropria da estrutura de poder, posto que este se alterna constantemente durante a história; mas como se constitui e torna suas práticas consolidadas na estrutura social do país (BARRETO, 1995). É nesse sentido que Faoro (2001), se apoiando nos ideais weberianos, defende a ideia de um Estado patrimonial-estamental no Brasil e determina os "donos do poder" dentro da estrutura política e social brasileira.

Ainda nesse sentido, outro importante elemento que se relaciona ao patrimonialismo para compreender as relações de poder características da sociedade brasileira, é o patriarcalismo que, ao longo do desenvolvimento histórico do Brasil, se fundou através da autoridade, quase despótica, dos proprietários de terra, que por participarem ativamente da vida política do país – representando as elites regionais – acabaram por promover uma ausência de distinção entre os planos domésticos e da administração pública (HOLANDA, 1995). Percebe-se, segundo Holanda (1995), que a base da organização social brasileira pautou-se no modo de vida da elite agrária escravocrata e em suas evidentes características patriarcais. É diante a esse cenário fundado na tradição, em que o princípio da autoridade é

indiscutível, e a figura do patriarca – dotada de poder – pressupõe respeito e obediência; que a ideia do patrimonialismo passa a ser enraizada, não deliberadamente, mas de forma espontânea, à identidade do povo brasileiro. O regime patriarcal pelo qual os senhores se comportavam de forma paternal em relação aos seus escravos, em muito contribuiu para o entendimento sobre como a sociedade brasileira foi fundada (PRADO JR., 1961). Nas palavras de Holanda (1995):

Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias. Esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo da antiguidade, em que a própria palavra "família", derivada de *famulus*, se acha estreitamente vinculada a ideia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca (HOLANDA, 1995, p. 81).

Assim, concebe-se o Estado brasileiro a partir da unidade básica que se constitui como a família, tornando a sociedade brasileira intimamente relacionada aos padrões domésticos e patriarcais (COUTO, 2016; HOLANDA, 1995). Com isso, a conjuntura familiar passa a influenciar diversos âmbitos da vida dos cidadãos, transbordando o ambiente doméstico e interferindo em outras esferas do cotidiano do indivíduo, inclusive a pública. Conforme Holanda (1995):

Nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente os inspirados em laços afetivos, não poderia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. (...) O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e anti-política, uma invasão do público pelo privado, do estado pela família (HOLANDA, 1995, p. 82).

Assim, de acordo com a perspectiva levantada por Sérgio Buarque de Holanda (1995) a respeito da forma como o brasileiro se relaciona com os meios públicos e privados, por meio da noção de “homem cordial” e patrimonialismo, é possível compreender como o nepotismo e a confluência entre o caráter familiar e a máquina pública, foram características perpetuadas pelas oligarquias e pelos donos dos meios de produção no Brasil, principalmente durante o período imperial brasileiro. Para Holanda (1995) a cordialidade possui relação direta com a ancestralidade patriarcal e rural do povo brasileiro. Em seu entendimento, essa característica refere-se à manifestação de intimidade no convívio social respaldada em "uma ética de fundo emotivo" (HOLANDA, 1995, p. 148). Isto é, a cordialidade que permeia o imaginário brasileiro, se configura, além de um componente da estrutura cultural, como o motivo pelo qual se justifica a falta de compreensão e o total desrespeito, por parte da população, referente às barreiras que delimitam e divergem o público do privado.

Na leitura de Couto (2016) sobre o patrimonialismo de Holanda, "o personalismo e a afetividade das relações no seio do funcionalismo, bem como a concessão de privilégios

baseados na aceitação da simpatia, são os elementos da estrutura de tipo familiar que foram transpostos para a estrutura burocrática do Estado" (COUTO, 2016, p. 101). Em síntese, o patrimonialismo consistiria em:

Apoderar-se do bem público e comum como se este fosse o patrimônio familiar, administrar a extensão territorial e a vida da coletividade do mesmo modo como se dá ordens e se estipula padrões morais no bojo da família, delegar funções baseando-se em critérios personalistas (COUTO, 2016, p. 114).

Além disso, segundo Couto (2016), o conceito de cordialidade de Holanda refere-se ao temperamento típico brasileiro de direcionar suas escolhas, inclusive políticas, guiadas pela emoção (elemento típico das relações de afetividade familiar) ao invés da racionalidade, característica essa estreitamente vinculada à forma como a política brasileira se desenvolveu desde seus primórdios, ou seja, em que a administração do Estado estava relacionada à gestão de uma família (COUTO, 2016). Nesse sentido, Holanda (1995) defende que a passionalidade do homem cordial foi incorporada em diversos setores político-administrativos, ocasionando, tradicionalmente, a abnegação do sentido amplo de pluralismo e de compartilhamento entre o povo da nação dos mesmos deveres e direitos.

Logo, nota-se como ambos fatores (patriarcalismo e patrimonialismo) estão intimamente relacionados e são inerentes à herança das relações sociais do Império brasileiro, visto que na medida em que a elite escravocrata promovia o atravessamento do público pelo privado; a figura do imperador representava a legitimação do interesse privado da nobreza camuflado de interesse público (HOLANDA, 1995, SCHWARCZ, 2001). Assim, conforme reflete Faoro (2001, p. 35), o sistema patrimonial "prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano".

Diante disso, nota-se que muitos dos legados da tradição Imperial foram preservados através da forma "cordial" de entender a cidadania além, também, da concepção reduzida sobre a participação política e da nutrição de uma cultura nacional excludente em certos aspectos (SCHWARCZ, 2001). Durante o Império Brasileiro havia um evidente paradoxo em que "o Estado, entidade alheia ao povo, superior e insondável, friamente tutelador, resistente à nacionalização, gera o sentimento de que ele tudo pode e o indivíduo quase nada é" (FAORO, 2001, p. 471). A partir desse entendimento, Faoro (2001) pontua que a classe dominante durante o período imperial entendia que a sociedade brasileira, em geral, não possuía a capacidade de se auto governar, principalmente por conta de sua carência de cultura e autonomia.

Segundo Schwarcz (2001, p. 53), a história da nação brasileira foi construída, desde o início, por um conjunto de "decretos, alvarás e ordens régias", fazendo com que o cidadão

brasileiro se sentisse sempre distante da estrutura administrativa do seu próprio país. Logo, essa restrição à representação que se impôs nos primórdios do surgimento da nação, somado ao fato de que esse surgimento nem mesmo partiu da vontade popular, ocasionou a formação de um povo que, praticamente, não possuía participação política (SCHWARCZ, 2001). No entendimento de Schwarcz (2001):

É possível arriscar e dizer que o contexto em que o tema da identidade se associa de forma mais imediata às práticas de Estado tenha sido durante o Império, e mais particularmente no decorrer do Segundo Reinado, quando investiu-se de forma pesada na recuperação e idealização de um ideário nacional e na conformação de um imaginário que colava o rei à imagem do Estado e afastava a população do fórum de decisões (SCHWARCZ, 2001, p. 54).

Logo, a percepção da nação pelo povo brasileiro, durante o Império, é quase inexistente, posto que a carência de participação política da sociedade fez com que o povo não tivesse escolha em praticamente nenhum âmbito da vida coletiva (FAORO, 2001). O princípio de que a vontade do povo era traduzida pela vontade do Imperador (SCHWARCZ, 2001), fez com que a falta de representação da população brasileira se tornasse uma característica nacional que se estendeu até o período da república, conforme argumenta José Murilo de Carvalho com mais profundidade. Somado a isso, segundo Faoro (2001), a diferenciação entre Estado e Nação, ocasionada pela autoridade do estamento, gerou uma nação sem poder de fala, isto é, uma nação inexpressiva quanto aos seus anseios. O seguinte trecho evidencia essa questão:

O patronato não é, na realidade, a aristocracia, o estamento superior, mas o aparelhamento, o instrumento em que aquela se expande e se sustenta. Uma circulação de seiva interna, fechada, percorre o organismo, ilhado da sociedade, superior e alheio a ela, indiferente à sua miséria. O que está fora do estamento será a cera mole para o domínio, enquanto esta, calada e medrosa, vê no Estado uma potência inabordável, longínqua, rígida (FAORO, 2001, p. 449).

À vista disso, pode-se evidenciar como a classe dominante exercia seu poder em função de si própria e do Estado, não importando o bem-estar do resto da sociedade (FAORO, 2001). Nas palavras de Schwarcz (2001, p. 54-55), “o império foi pródigo na criação de práticas e discursos que primaram por criar um tipo de memória mas, paradoxalmente, obscureceram o trabalho cativo ao mesmo tempo em que naturalizaram a política, como o local de exercício de poucos”. Apesar das tentativas de apagamento da realidade escravocrata, que por muito tempo vigorou no Brasil, a forma com que a população afrodescendente sempre foi tratada, desde a colônia até o império, enraizou na sociedade brasileira um racismo velado que se mostra estrutural em nossa organização social e cultural (BUENO, 2010).

Durante o primeiro reinado e boa parte do segundo, havia uma clara distinção entre cidadãos e não cidadãos, uma vez que o sistema escravista já estava perpetuado na estrutura social do Brasil (MATTOS, 1987). Conforme constava na Carta Constitucional de 1824, eram "estranhos" não somente aqueles provenientes de outros estados-nação, mas também aqueles privados de usufruírem da liberdade e propriedade, ou seja, os escravos (PIMENTA BUENO, 1978 apud MATTOS, 1987). Assim, a exclusão manifestada tanto em termos legais, quanto em termos cotidianos, se tornava uma grande dificultadora para a promoção do sentimento de pertencimento nacional, visto que aquelas pessoas em situação de escravidão dificilmente desenvolveriam uma noção afetiva de que também constituíam o povo brasileiro.

Essa percepção excludente de cidadania estava amparada nas noções sobre o racismo fenotípico que foram consideradas conhecimento científico desde meados do século XIX até a década de 1920, não somente no Brasil, mas também em todo o mundo. Essa ciência fundamentada na qualificação de características étnicas – tais como cor da pele e traços fenotípicos – era comumente utilizada para avaliar aspectos culturais e comportamentais e, assim, definir os "estágios" de desenvolvimento de diferentes civilizações (SOUZA, 2017). Segundo Ortiz (1986), a questão racial foi um elemento constante durante a história da cultura brasileira. Para ele, o desenvolvimento, no Brasil, do pensamento científico racista elaborado durante o século XIX e no início do século XX, trouxe à tona a problemática da identidade nacional.

Para Ortiz (1986), por conta das evidentes diferenças entre o Brasil e os países europeus, havia a impossibilidade de se instalar o pensamento evolucionista sobre a formação histórica dos povos que estava sendo difundido na Europa durante fins do século XIX, devido à sociedade brasileira ser classificada, nessa perspectiva, como um estágio civilizatório inferior ao europeu. Assim, sendo essa explicação inviável para a construção da identidade nacional de uma nação emergente, iniciou-se no Brasil um processo de "ênfase no estudo do caráter nacional" amparado nas noções sobre meio e raça (ORTIZ, 1986, p. 15).

Diante disso, a interpretação da formação da história brasileira desenvolvida durante a segunda metade do Segundo Reinado foi pautada, a princípio, por esses dois conceitos pelo qual a realidade brasileira era compreendida. Entretanto, esse pensamento resultou em interpretações deterministas e pejorativas sobre a formação do povo brasileiro. Isso porque, considerando que a natureza se sobrepõe ao homem, nem mesmo a presença da cultura europeia em terras brasileiras, dotada de "civilização", seria capaz de inibir o gênio selvagem e bárbaro do cerne dos brasileiros (ORTIZ, 1986). Nas palavras de Ortiz (1986):

A história brasileira é, desta forma, apreendida em termos deterministas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato (ORTIZ, 1986, p. 16).

Por conta dessa abordagem simplista e superficial das questões étnico-raciais do Brasil, os escritores românticos – na tentativa de promover representações patrióticas idealizadas e alinhadas ao contexto de manutenção da sociedade escravocrata e senhorial – selecionaram a forma mais adequada, ao seu ver, para a abordagem das etnias que constituem o povo brasileiro (ORTIZ, 1986; SCHWARCZ, 2001). Logo, considerando que a pátria não poderia ser para todos (PRADO JR., 1961), a elaboração do mito nacional de fundação, baseado na proeminência do indígena como típico representante da brasilidade, se deu a partir da fusão entre a extravagância romântica e uma pesquisa histórica enviesada aos objetivos da época (SCHWARCZ, 2001). O romantismo brasileiro, para Ortiz (1986):

Se preocupa mais em fabricar um modelo de índio civilizado, despido de suas características reais, do que apreendê-lo em sua concretude. Por outro lado, nada se tem a respeito das populações africanas; o período escravocrata é um longo silêncio sobre as etnias negras que formam o Brasil. Em sua bricolagem de uma identidade nacional o romantismo pôde ignorar completamente a presença do negro (ORTIZ, 1986, p. 19).

Nessa perspectiva, o fato de terem sido atribuídas, aos indígenas brasileiros, características próprias da classe nobre, tais como a ociosidade e a despreocupação, acabou por aproximá-los de um padrão de vida incompatível com a condição servil. Assim, a aceitação, de certa forma, da liberdade civil dos povos originários os distanciou do menosprezo que foi estigmatizado aos povos africanos submetidos à escravidão (HOLANDA, 1995). Logo, ao traduzir a conformação social para uma abordagem literária nacional, aos afrodescendentes foi relegado o papel de inferioridade e subserviência de tal modo que sua existência nem era registrada, enquanto aos indígenas foram ressaltadas virtudes convencionalmente europeias.

Somado a isso, conforme argumenta Prado Jr. (1961), aos povos indígenas ainda houve certo estímulo a proteção, uma vez que a tentativa civilizatória, de ordem religiosa, de promover a educação e catequização destes evitou que eles fossem vítimas de formas mais violentas de escravidão; enquanto que aos negros africanos foi delegada as formas mais brutais de violência e desumanização, fato que se refletiu no apagamento cultural dessa parcela da população brasileira durante o período em que a identidade nacional estava sendo construída. Todavia, apesar de sua pouca representatividade na identidade nacional, segundo Holanda (1995), desde a época colonial, a presença do negro se configurava como um elemento obrigatório ao desenvolvimento estrutural dos latifúndios e, conseqüentemente, da

geração de riqueza a partir da terra, posto que a exploração dos povos originários como mão de obra não teve êxito.

Apesar do esforço da historiografia oficial em camuflar a existência da população africana no Brasil e sua condição forçada para aqui se encontrar, na esfera política e administrativa do Império sua presença nunca foi ignorada, sendo constantemente policiada por representar, na concepção dos formuladores de política, um eminente risco de rebelião (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012, p. 130). Além disso, segundo Del Priore e Venancio (2012), outra preocupação pertinente na época – devido ao contexto do surgimento de teorias racistas – seria o receio pela "africanização" da sociedade, uma vez que o grande contingente de escravizados poderia provocar, além do supracitado risco à segurança pública do país, um retrocesso da condição civilizatória do Brasil.

Mesmo assim, apesar da existência desses preconceitos havia a necessidade de manter a mão de obra escrava para a produção agrícola-exportadora, fazendo com que sociedade brasileira fosse obrigada a suportar e conviver com os "inimigos da nação" (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). No entendimento de Jessé Souza (2017) sobre a percepção da escravidão no Brasil, havia durante o Império, apesar da constante presença da população negra escravizada no cotidiano da nação, um evidente esforço de apagamento da realidade escravocrata como forma de distanciar a figura do negro da identidade nacional do país.

No Brasil, desde o ano 0, uma instituição que englobava todas as outras era a escravidão, que não existia em Portugal, a não ser de modo muito tópico e passageiro. Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão. Mas nossa auto interpretação dominante nos vê como continuidades perfeitas de uma sociedade que jamais conheceu a escravidão a não ser de um modo muito datado e localizado (SOUZA, 2017, p. 27).

É nessa perspectiva que, a partir de 1840 até o final do Império, emerge estratégias para a europeização do Brasil através, principalmente, das políticas migratórias e da incorporação de costumes europeus em detrimento das práticas culturais que remetiam à influência negra no cotidiano da sociedade brasileira (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Com o fim do tráfico negreiro em 1850 e a prosperidade econômica devido ao aumento das vendas de café, inicia-se uma vigorosa política de atração de imigrantes, principalmente europeus, numa clara tentativa de promover o "embranquecimento" da população brasileira. Esse empenho de modificar os contornos físicos da sociedade inicia-se, sobretudo, a partir do desenvolvimento de teoria científicas no final do século XIX que rejeitavam o caráter positivo da miscigenação (SCHWARCZ, 2001).

Enquanto o passado era lembrado de forma enaltecida, a partir de uma natureza grandiosa e de indígenas envolvidos em cenários românticos; já a realidade surgiu como

um governo acima de qualquer instituição, e a escravidão era, literalmente, esquecida (SCHWARCZ, 2001, p. 63).

O contexto marcado pelo patrimonialismo e a influência das tendências civilizatórias modernas (COSER, 2008), aprofundava ainda mais o racismo na mentalidade do país. O racismo, de forma geral, configura-se como "a separação ontológica entre seres humanos de primeira classe e seres humanos de segunda classe" (SOUZA, 2017, p. 15). Essa percepção atribuída à população negra escravizada gerava a noção, durante o Império, de que a existência do negro como agente na concepção do povo brasileiro configurava-se como um empecilho concreto à consolidação de um processo civilizatório genuíno (ORTIZ, 1986) e, por essa razão, a introdução da população imigrante europeia seria a solução para sanar o problema da contribuição negra na mestiçagem racial do país (SCHWARCZ, 2001).

Conforme a análise, evidentemente racista, do antropólogo cientificista Nina Rodrigues (1862-1906), a cultura negra desenvolvida no Brasil demonstrava-se um grande problema para os objetivos de imprimir civilidade ao povo brasileiro que havia sido formado pela mestiçagem. Isso porque, segundo ele, havia uma incapacidade da população negra brasileira em absorver princípios culturais europeus, já que a resistência ao abandono de certas crenças, evidenciadas através do sincretismo religioso, por exemplo, apresentava-se como uma característica da cultura negra desenvolvida no Brasil considerada inferior em relação às formas "tradicionais" de religiosidade e valores morais (RODRIGUES, 1890 apud ORTIZ, 1986). Por conta da popularização de pensamentos como esse, é que entre 1840 e 1889, variados aspectos culturais brasileiros foram impulsionados a serem modificados a fim de europeizar certos comportamentos e condutas da sociedade brasileira imperial. Logo houve o incentivo à substituição de costumes alimentares, estilo de vestimentas e expressões da língua portuguesa tipicamente brasileiros, por práticas estrangeiras europeias, a exemplo da substituição da mandioca cozida pelo pão francês no café da manhã, da pinga pela cerveja, dos doces de engenho pelos sorvetes e até do pronome de tratamento Sinhá por Madame (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012).

De acordo com Ortiz (1986), a aceitação forçada da cultura negra no Brasil e o reconhecimento do negro como cidadão só se daria a partir da abolição da escravidão e, mesmo assim, de forma muito tímida, não alterando em nada a forma como o racismo se perpetuava na sociedade. Em 13 de maio de 1888 foi assinada a Lei Áurea, decretando a abolição da escravidão no Brasil depois de mais de três séculos de sua existência (BUENO, 2010). Por mais que a libertação dos escravizados tivesse o amplo apoio do movimento abolicionista, ainda houve resistência por parte de alguns setores da sociedade que, segundo

Bueno (2010, p. 228), "relutou ao máximo antes de alterar sua ordem econômica e social baseado na exploração do trabalho escravo".

É evidente que a simples assinatura colocada pela Princesa Isabel em um pergaminho rebuscado, libertando, a partir daquelas data, os 723.719 escravos presentes no país, não poderia resolver a questão. Três séculos de escravidão (durante os quais mais de 4,5 milhões de escravos haviam sido trazidos para o Brasil) não seriam riscados com um simples rabisco no papel - por mais sucinto, requintado e direto que fosse (BUENO, 2010, p. 228).

Assim, com a abolição da escravidão, inicia-se um lento processo de redefinição da imagem do negro, posto que ao deixar de representar a mão de obra escrava este passou gradualmente de uma posição de mercadoria para ser qualificado como "cidadão de segunda categoria" (ORTIZ, 1986, p. 19). Segundo Bosi, "o desafio social e ético que a sociedade brasileira teria de enfrentar era de redimir um passado de abjeção, fazer justiça aos negros, dar-lhes liberdade a curto prazo e integrá-los" (BOSI apud BUENO, 2010, p. 238). Porém, esses objetivos não foram concretizados, nem em fins do Império, nem no início da República. O que realmente sucedeu foi a continuidade do descaso com a população afrodescendente, traduzido pela discriminação e pela marginalização dos recém libertos, e o fato de que dificilmente tiveram o seu papel reconhecido dentro da concepção de identidade nacional (BUENO, 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o contexto de formação da nação brasileira como um momento em que não existia um entendimento concreto sobre o nacionalismo (ANDERSON, 1989), o que ocasionou o surgimento, na fase inicial do Império, do receio de que houvesse uma fragmentação territorial; entende-se que a carência de identidade nacional durante esse período foi oriunda da ausência de uma participação popular ativa no processo de independência (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012;), além do fato de não ter havido uma evidente descontinuação em relação à organização social e política que se tinha sob o domínio da metrópole, posto que a administração imperial ainda estava vinculada à um membro da corte portuguesa (BARBATO, 2014; KRAAY, 2008).

Por essa razão, a população do território brasileiro encontrava-se ainda desconexa em relação ao país ao qual pertencia. Tal conjuntura, somada ao momento de crescente instabilidade que se seguiu com a abdicação do primeiro imperador e a descentralização política ocasionada pelas regências, propiciou um cenário de progressiva intensificação de tensões da sociedade brasileira, que refletiam a insatisfação do povo com suas condições de vida (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Esse panorama causou o retorno de aspectos centralizadores da política imperial na tentativa de conter uma possível desintegração do território nacional. Apesar da existência do debate entre centralizadores e federalistas, observou-se que a tendência centralizadora, que guiou a administração política do Brasil durante o Império, foi mais adequada aos objetivos de preservação da integridade regional e da unidade política (CARVALHO, 1993; COSER, 2008).

Assim, a partir do Segundo Reinado, delineou-se um projeto nacional com o maior intuito de garantir a unidade territorial e resolver o problema da ausência de identidade nacional no país (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012; SCHWARCZ, 2001). O fato da formulação de uma identidade coletiva para a nação ter se dado por meio da criação de mecanismos impulsionados pelo próprio governo imperial (KRAAY, 2008) demonstra que as estratégias utilizadas para a construção da noção de identidade foram concebidas tanto a serviço dos interesses da monarquia, quanto da manutenção da estrutura social vigente naquele contexto (MATTOS, 1987; SCHWARCZ, 2001).

Desse modo, evidenciou-se que houve a necessidade indispensável de se criar um alicerce capaz de unir o povo brasileiro à nação, através da elaboração de estratégias de fomento ao nacionalismo que pudessem auxiliar na elaboração de uma identidade nacional para o Brasil (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012). Destaca-se que os principais mecanismos

para concretizar esse objetivo se concentraram, principalmente, no auxílio de aparatos institucionais de fomento à cultura e à educação, tais como a Academia Imperial de Belas Artes e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (GIORDANI, 2016). Assim, a historiografia e a produção artística estiveram estreitamente alinhadas ao interesse nacional durante o período imperial (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012), elaborando percepções sobre a nação que traduziam os valores da sociedade brasileira daquela época (SCHLICHTA, 2006; SCHWARCZ, 2001). Logo, destaca-se que o projeto de criação da identidade nacional brasileira foi não só formulado pela elite, como também para a elite.

As produções artísticas e o desenvolvimento de teorias sobre a formação histórica brasileira firmaram aspectos identitários da nação alinhados à manutenção da estrutura social excludente vigente durante o Império brasileiro. A própria teoria das três raças, formulada por von Martius, reforça a tentativa de apagamento da contribuição africana para a concepção do povo brasileiro (DEL PRIORE; VENANCIO, 2012; ORTIZ, 1986). Além disso, a utilização, na literatura romântica, da representação da figura do indígena de forma europeizada para compor o imaginário nacional evidencia o esforço para afastar o papel do negro da representatividade brasileira (FARACO; MOURA, 1991; NICOLA, 2011), além de apagar a influência cultural das etnias consideradas, à época, carentes de civilização (PRADO JR, 1961; SCHWARCZ, 2001) e que encontravam-se em situação de subordinação naquele contexto (DOYLE; PAMPLONA; 2008).

Entende-se, portanto, que o Brasil, apesar de ser constituído por uma população multiétnica, restringiu a representatividade na identidade nacional de acordo com a estrutura socioeconômica do contexto imperial. Logo, o sistema agrário e escravocrata estabelecido no país influenciou em muito a forma como o sentimento nacional foi impulsionado no Brasil, estando este intimamente vinculado aos propósitos de exploração do trabalho escravo e à manutenção dos privilégios da aristocracia rural (MARTINS; SILVA, 2021; SCHWARCZ, 2001). “A escravidão colocava limites epistemológicos para o desenvolvimento pleno da atividade intelectual” (ORTIZ, 1986, p. 38); portanto, a representação intelectual e artística da realidade social no momento histórico do Império brasileiro apresentava-se bastante distorcida da sociedade que, de fato, existiu. Sociedade esta, inclusive, que se mantinha estrutural e economicamente às custas do trabalho escravo. Por conta disso, seria contraproducente inserir aspectos culturais associados à população negra na identidade nacional que estava sendo confeccionada durante esse período (SCHWARCZ, 2001; PRADO JR., 1961). Logo, evidencia-se como uma representação étnica ampla e inclusiva dentro da

concepção identitária da nação mostrava-se inviável, tendo em vista o objetivo de manutenção da escravidão.

Diante disso, compreende-se que a marginalização da população negra na concepção da identidade nacional e sua conseqüente desmoralização e desumanização enquanto parcela da sociedade se deu propositalmente devido às condições estruturais do país (SCHWARCZ, 2001; SOUZA, 2017). Bem se sabe que, apesar das percepções elaboradas durante o período imperial terem sido reformuladas e passado por diversas alterações ao longo do tempo, é evidente como a concepção identitária nacional do Brasil sofreu fortes influências da realidade política, social e estrutural do período retratado, sendo algumas características observáveis ainda nos tempos atuais. Ademais é significativo compreender como o sistema de perpetuação de violência e exploração traduzido pela escravidão se mostrou um verdadeiro prejuízo para grande parte da população brasileira, que além de não ter tido sua representatividade na conformação da nação, também esteve marginalizada de todas as formas possíveis, seja no âmbito político, econômico e social.

Além disso, é importante pontuar como a hierarquia social vigente no período imperial brasileiro influenciou o enraizamento de princípios e valores na sociedade brasileira, fazendo com que estes se demonstrassem como características identitárias do país (SCHWARCZ, 2019). O patrimonialismo, o patriarcalismo, a baixa participação política e o racismo estrutural configuram-se como legados do período histórico colonial e imperial que foram incorporados à sociedade brasileira (SCHWARCZ, 2001). Nesse sentido, nota-se a importância da sociedade patrimonial e patriarcal para a formulação da identidade nacional nos moldes que foi feita, uma vez que para manter a posição de poder e privilégios da classe senhorial foi necessário arquitetar a ideia sobre a nação e seu povo a partir de critérios excludentes, fazendo com que a organização social e cultural do Brasil fosse marcada pelo racismo e pela concepção reduzida sobre a participação da sociedade na vida política do país (BUENO, 2010; SCHWARCZ, 2001).

Por fim, a partir da análise feita e dos resultados obtidos, há de se considerar que o trabalho realizado abre espaço para o desenvolvimento de inúmeras outras pesquisas relacionadas à temática. Embora não tenha sido elaborada uma hipótese para o desenvolvimento da presente pesquisa, é possível refletir com mais profundidade sobre algumas indagações, tais como, se seria a construção da identidade nacional, durante o Império brasileiro, uma propulsora para a consolidação do racismo estrutural na sociedade brasileira ou em que medida a confecção deliberada de uma identidade nacional para o Brasil afetou a percepção dos brasileiros sobre sua própria constituição como povo.

BIBLIOGRAFIA

ALBERGARIA, Danilo. As raízes do quadro Independência ou Morte! **Revista Pesquisa FAPESP**, ed. 318, ago. 2022. Disponível em:

<https://revistapesquisa.fapesp.br/as-raizes-do-quadro-independencia-ou-morte-2/>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

ALENCAR, José Martiniano de. Benção Paterna. **Sonhos D'ouro** (1872). São Paulo: Escola do Futuro da Universidade de São Paulo - Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro, 2001.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 1983.

ANDERSON, Benedict R. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Ayres de. **Francisco Manoel da Silva e seu tempo**. Rio de Janeiro: Sala Cecília Meireles - Secretaria de Educação e Cultura, 1967.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. A construção da identidade nacional brasileira: necessidade e contexto. **Revista Eletrônica História em Reflexão**. Dourados: UFGD, v. 8, n. 15, 2014.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. **Brasil, um país tropical**: o clima na construção da identidade nacional brasileira (1839-1889). Campinas, SP: [s.n.], 2011.

BARMAN, Roderick J. **Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

BARRETO, Kátia M. **Um projeto civilizador**: revisitando Faoro. Lua Nova, São Paulo, n. 36, 1995.

BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**: Oficina de Homens. XIII Encontro de História Anpuh-Rio: Identidades. Rio de Janeiro, 2008.

BOSI, Alfredo. **A construção nacional**: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história** - cinco séculos de um país em construção. São Paulo: Leya, 2010.

CALHOUN, Craig. O Nacionalismo importa. In. **Nacionalismo no novo mundo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. Noticias recientes sobre la hibridación. **Revista Transcultural de Música**. Barcelona, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

CARMINATTI, Natália Pedroni. O impulso literário de François-René Auguste de Chateaubriand. **Lettres Françaises**: Revista da Área de Língua e Literatura Francesa, n. 19, ed. 1, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Federalismo y centralización en el Imperio brasileño: historia y argumento.** Marcello Carmagnani (coord) – Federalismos latinoamericanos: México/Brasil/Argentina. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. **Terra do nunca: sonhos que não se realizaram.** In: BETHELL, Leslie (Org.). Brasil fardo do passado, promessa do futuro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAVENAGHI, Airton José. O século XIX paulista: lembranças do “Grito do Ipiranga”. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 35, n. 70, 2015.

CINTRA, Jorge Pimentel; CINTRA, Alexandre Pimentel. O sítio da Independência no Ipiranga: as vicissitudes de um local histórico. **Anais do Museu Paulista.** v. 29, p. 1-48. 10 dez. 2021.

CITELLI, Adilson. **Romantismo.** São Paulo: Ática, 1993.

COSTA, Wilma P. Viajantes europeus e o escrever da nação brasileira. In. **Nacionalismo no novo mundo.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

COSER, Ivo. **Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil (1823-1866).** Minas Gerais: Editora UFMG, 2008.

COUTO, Elvis Paulo. As Raízes do Patrimonialismo de Estado no Brasil. **Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, pág. 100-112, 10 de nov. 2016. Semestral. Disponível em: www.habitus.ifcs.ufrj.br. Acesso em 20 de março de 2023.

DECCA, Edgar Salvadori de. Cidadão, mostre-me a identidade!. In. **Caderno Cedes,** Campinas, v. 22, nº 58, pp. 7-20, 2002.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma Breve História do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2012.

DIAS, Gonçalves. **I-Juca Pirama.** Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional, 1851.

DOYLE, Don H; PAMPLONA, Marco A. **Nacionalismo no novo mundo.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

D'ORBIGNY, Alcide Dessalines. **Voyages dans L'Amérique Méridionale** (Le Brésil, La République Orientale de L'Uruguay, La République Argentine, La Patagonie, La République Du Chile, La République de Bolivia, La République Du Pérou), Tome Premier (1826, 1827, 1828, 1829, 1830, 1831, 1832 et 1833), Paris: 1855.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro.** 3ª edição, revista. São Paulo: Globo, 2001.

FARACO, Carlos; MOURA, Francisco. **Literatura Brasileira.** São Paulo: Editora Ática, 1991.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução?** (1981). São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FIORAVANTI, Carlos. Erros e acertos dos caminhos da Independência. **Revista Pesquisa FAPESP**, ed. 315, mai. 2022. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/erros-e-acertos-dos-caminhos-da-independencia/>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

FLEIUSS, Max. **Francisco Manoel da Silva e o Hino Nacional**: conferência pronunciada no IHGB, a 12 de outubro de 1916. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

FUNAG. **Quem foi Alexandre de Gusmão?** Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-foi-alexandre-de-gusmao>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

GIORDANI, Laura. **O Grito do Ipiranga**: a independência do Brasil das galerias aos quadrinhos. Encontro Estadual de História da ANPUH RS: Ensino, direitos e democracia. Santa Cruz do Sul, 2016.

GOV.BR. **Independência ou morte (Grito do Ipiranga) – Estudo**. Coordenação-Geral de Patrimônio Histórico (CGPH), 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/palacio-itamaraty/patrimonio-historico/independencia-ou-morte-grito-do-ipuranga-estudo>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: Uma breve história da humanidade. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial - sua desagregação. In **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II: o Brasil monárquico. Primeiro volume: o processo de emancipação. São Paulo: Editora Record, 1962.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRAAY, Hendrik. Nação, Estado e política popular no Rio de Janeiro: rituais cívicos depois da Independência. In **Nacionalismo no novo mundo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

MARTINS, Alexandre Luís Ponce; SILVA, Henrique Manoel da. A construção da identidade nacional brasileira: cordialidade e patrimonialismo versus elitismo e escravidão. **Revista Percorso - NEMO**. Maringá, v. 13, n. 1, p. 141-154, 2021.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema**: a formação do estado imperial. São Paulo: Hucitec Editora, 1987.

MOTTA, Márcia. Terra, Nação e Tradições Inventadas: uma outra abordagem sobre a Lei de Terras de 1850. In **Nação e poder: as dimensões da história**. Niterói: EDUFF, 1998.

MUSEU DA CIDADE DE SÃO PAULO (MCSP). Quadro de Pedro Américo de Figueiredo "Independência ou morte!". São Paulo: Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2023. Disponível

em:

[https://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br/sobre-mcsp/casa-do-grito/quadro-de-pedro-a-merico-de-figueiredo-independencia-ou-morte/#:~:text=A%20tela%20%E2%80%9CIndepend%C3%Aancia%20ou%20Morte,1888%20em%20Floren%C3%A7a%20\(It%C3%A1lia\).](https://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br/sobre-mcsp/casa-do-grito/quadro-de-pedro-a-merico-de-figueiredo-independencia-ou-morte/#:~:text=A%20tela%20%E2%80%9CIndepend%C3%Aancia%20ou%20Morte,1888%20em%20Floren%C3%A7a%20(It%C3%A1lia).)
Acesso em: 27 de abr. de 2023.

NICOLA, José de. **Literatura brasileira**: das origens aos nossos dias. São Paulo: editora Scipione, 2011.

OLIVEIRA, Maria Izabel de. Prefácio In. **Estado e administração**: a construção do Brasil independente (1822-1840). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

PACHECO, Alberto. Notas introdutórias ao Hino da Independência do Brasil (ms. IHGB), de D. Pedro I. **Revista Brasileira de Música**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 387-393, jul./dez. 2013.

PEREIRA, Avelino Romero Simões. Hino nacional brasileiro: que história é esta? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiro [IEB]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? **Revista Aulas**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 1-21, 2006.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean Baptiste. **Introducción a la historia de las relaciones internacionales**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

REVISTA do Instituto Historico e Geographico do Brazil, Tomo I (1839), n.1, 3. ed, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

REVISTA do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Tomo LXXIX (1916), Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

RUSSELL, B. **História do pensamento ocidental**: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste de (1833) In. MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema**: a formação do estado imperial. São Paulo: Hucitec Editora, 1987, p.109.

SALES JR., Ronaldo. **Democracia racial**: o não-dito racista. Tempo social, São Paulo, vol. 18, n. 2, pp. 229-258, 2006.

SANTOS, Gildenir. **Percorso científico**: guia prático para elaboração da normalização científica e orientação metodológica. Campinas, 2012.

SCHLICHTA, Consuelo Alcioni B. D. **A Pintura Histórica e a Elaboração de uma Certidão Visual para a Nação no Século XIX**. Curitiba, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870- 1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Um debate com Richard Graham ou "com Estado mas sem Nação: o modelo imperial de fazer política". **Diálogos**, DHI/UEM, v. 5, n. 1, p. 53-74, 2001.

SILVA, Ovídio Saraiva de Carvalho e. **Ao grande e Heroico dia Sete de Abril de 1831**: Hymno offerecido aos brasileiros por hum seu patricio nato [pseud.]. Rio de Janeiro: [s.n], 1831]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1622226/or1622226.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**: seus fundamentos econômicos. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**: seus fundamentos econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.
TORRES, João Camilo de Oliveira Torres. **A formação do federalismo no Brasil** (1961). Imprensa: Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

TEIXEIRENSE, Pedro Ivo C. A reforma pelas letras: o projeto político da revista Nitheroy (1836) na consolidação da Independência brasileira. **Em Tempo de Histórias** - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História. PPG-HIS/UnB, n.9, Brasília, 2005.

WANDERLEY, Valeria C. T. Inauguração da estátua equestre de Dom Pedro I, na atual Praça Tiradentes. **Brasiana Fotográfica**, 2017. Disponível em: <https://brasianafotografica.bn.gov.br/?p=7629>. Acesso em 30 de abril de 2023.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WESTIN, Ricardo. Antes da versão atual, letra do Hino Nacional bajulava Pedro II. **Agência Senado**, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/antes-da-versao-atual-letra-do-hino-nacional-bajulava-pedro-i>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

ZILBERMAN, Regina. **Ferdinand Denis e o resumo de história literária**. Resumo da História Literária de Portugal seguido do Resumo da História Literária do Brasil. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2018.